

Organização



Financiamento:



Patrocínios:



Apoios:



Seminário Internacional Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário

São Tomé e Príncipe
21-28 de Julho de 2008



Resumos

Seminário Internacional
**Educação, Ambiente, Turismo e
Desenvolvimento Comunitário**

**São Tomé e Príncipe
21-28 de Julho de 2008**

R e s u m o s

Livro de Resumos do Seminário Internacional
"Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário"

Fotografias:

Brígida Rocha Brito e João Alves

Organização:

Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE); Direcção-Geral do Ambiente; Direcção de Turismo e Hotelaria da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga)

Financiamento:

Fundação para a Ciência e a Tecnologia FCT/MCTES)

Patrocínios:

CPLP, CEIDA, Fundação Luso Americana, Fundação Calouste Gulbenkian, Cafés Delta

Apoios:

TAP, Câmara Municipal de Lisboa e Culturália

Edição:

Centro de Extensión Universitária e Divulgación Ambiental de Galicia (CEIDA)

Desenho e maquetação:

Fátima Leal Bolado

Ano: 2008

ISBN-13: 978-84-691-4676-7

DL: C 2377-2008

Os pontos de vista e argumentos apresentados nos textos constantes da presente obra são da inteira responsabilidade dos seus respectivos autores e em momento algum poderão ser imputados às instituições promotoras, organizadoras e apoiantes.

Apresentação	7
1. mesas redondas	
MR 1: EDUCAÇÃO, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO. Moderação: Aidil Borges	9
MR 2: O IMPACTO DO ECOTURISMO NAS COMUNIDADES LOCAIS Moderação: Brígida Rocha Brito	13
MR 3: O PAPEL SOCIAL E POLÍTICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE Moderação: Manuela Cardoso.....	19
2. painéis	
PL1: ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS. Moderação: Maria Antónia Barreto	25
PL2: APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE Moderação: Arlindo de Carvalho	29
3. grupos de trabalho	
GT 1: ARTES E OFÍCIOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Coordenação e dinamização: Manuela Galante e Adelina Pinto	37
GT 2: TURISMO, CULTURA E IDENTIDADES. Coordenação e Dinamização: Brigida Rocha Brito e Araceli Serantes	43
GT 3: O PAPEL DA JUVENTUDE PARA AS SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS Coordenação e Dinamização: Diosmar Filho	65
GT 4: A ACÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA NO ESTUDO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS Coordenação e Dinamização: Joaquim Pinto e Pedro Teiga	69
4. ateliers e oficinas	
ATELIER: CONHECE TODA BIODIVERSIDADE DAS ILHAS DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE? Virginia Martins.....	87
OFICINA: RECICLAGEM, REUTILIZAÇÃO CRIATIVA E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO Dinamizadora: Manuela Galante	91
OFICINA:UM RECURSO PARA (RE)UTILIZAR COM CRIATIVIDADE Dinamizadoras: Adelina Pinto e Conceição Afonso.....	93
ATELIER: EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO António Martelo e Maria Antónia Barreto	97

Apresentação

O Centro de Estudos Africanos do ISCTE (CEA/ISCTE), a Direcção-Geral de Ambiente (DGA), a Direcção de Turismo e Hotelaria (DTH) da República Democrática de São Tomé e Príncipe e a Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga) organizam um Seminário Internacional na cidade de São Tomé, entre 21 e 28 de Julho de 2008, sob o tema "Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário".

O Seminário é uma das acções integradas do Projecto de Investigação intitulado "Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares", em curso no Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE) e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/AFR/69094/2006), e consiste numa análise comparativa entre Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

No âmbito das actividades de divulgação foram produzidos recursos vários e criada uma página web (<http://seminariointernacionalstp2008.googlepages.com/>).

Através das actividades programadas de apresentação temática e debate, com o objectivo de reflectir sobre estratégias, práticas e procedimentos, realizam-se visitas enquadradas por acções concretas de Educação Ambiental junto das comunidades residentes nas proximidades dos projectos turísticos, tanto em meio rural como costeiro.

No Seminário participam investigadores, académicos, educadores, representantes da administração e da sociedade civil de São Tomé e Príncipe e outros interessados provenientes também de Portugal, Espanha, Brasil, Cabo Verde e Congo.

Brígida Rocha Brito
pela Comissão Organizadora

1. mesas
redondas

MR 1

EDUCAÇÃO, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO. 25 de Julho de 2008, 9,30 h.

Moderação: **Aidil Borges**, Instituto Superior de Educação,
Cabo Verde; aidilborges@hotmail.com

EDUCACIÓN, AMBIENTE E IDENTIDADE CULTURAL: DO IMPACTO AMBIENTAL AO IMPACTO CULTURAL DO TURISMO

Pablo Meira, Universidade de Santiago de Compostela; hemeira@usc.es
Palavras-Chave: Educação; Ambiente; Identidade Cultural; Turismo

Independentemente do modelo de desenvolvemento turístico polo que se opte, o fluxo de persoas que se require para facelo rendible fai inevitable a existencia de impactos culturais e ambientais de diversa índole e escala. Sería inxenuo pensar que a catalogación dun proxecto turístico como “ecolóxico” ou “sostible”, así como a toma en conta efectiva no seu deseño de aspectos relacionados coa súa sostibilidade biofísica, pode resolver sen máis a cuestión da súa pertinencia cultural e ambiental.

Nesta contribución queremos reflexionar sobre o impacto cultural nas comunidades locais pre-modernas do turismo nas súas expresións nun mundo cada vez máis globalizado. Son dúas as dimensións ou teses sobre as que queremos propoñer unha reflexión:

- O impacto ambiental do turismo sobre os contornos que habitan “comunidades tradicionais” non vén dado tanto polas infraestructuras necesarias para atender ás demandas desta “industria”, como polos cambios que se introducen nos estilos de vida, nas expectativas individuais e colectivas de desenvolvemento e na redefinición das necesidades e dos seus satisfactores por parte da poboación local. O fluxo de persoas doutras culturas –turistas ou traballadores do sector servizos- pode cambiar significativamente a visión do mundo e a forma de estar nel das comunidades de acollida, aínda naqueles casos onde se formulen proxectos que traten de controlar este impacto. Poderíase falar, incluso, dun “currículum oculto” do desenvolvemento turístico en determinadas situacións, máis efectivo en canto non se considera este “impacto cultural” entre as variables a controlar dentro

dos proxectos que aspiran a garantir a sostibilidade socio-ambiental das comunidades que os promoven.

- É preciso, neste sentido, abrir ou reabrir un debate sobre a relación entre “tradición” e “modernidade” no seo das comunidades que utilizan o seu contorno ou a elas mesmas como “produto” turístico, máxime cando na definición de dito “produto” se pretende valorizar e poñer en uso (fundamentalmente económico), precisamente, os valores de conservación ecolóxica do seu territorio ou a “autenticidade” da súa cultura. O paradoxo pode formularse en termos interrogativos: ¿como salvagardar unha identidade singular no marco do proceso de globalización cultural que directa ou indirectamente se fomenta dende a industria turística? ¿como facelo, especialmente, cando é dita “identidade singular” a base ou unha das bases da experiencia turística que oferta unha comunidade?
- O concepto de “capacidade de carga cultural” apunta neste sentido, pero non está suficientemente definido e acoutado. O papel da educación –ambiental ou non- pode e debe ser aquí o de “regulador” destes impactos: situando á comunidade que acolle a demanda turística en situación de “comprender” o escenario socio-cultural global no que se insire, e dotándoa de recursos culturais para recrear as tradicións e as expresións culturais que son a base da súa identidade para sobrevivir ao impacto alienador e homoxeneizador do proceso de desenvolvemento.

O PAPEL DOS ACTORES E DAS COMUNIDADES LOCAIS NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO E NA PROMOÇÃO DE UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Rogério Roque Amaro, *Centro de Estudos Africanos/ISCTE*; rogerio.amaro@iscte.pt

Palavras-Chave: Desenvolvimento Local; Economia Solidária; Comunidades locais;

Actores e organizações locais

Se assumirmos que a melhoria do bem-estar e a satisfacción das necesidades fundamentais da população são objectivos importantes do Desenvolvimento, mas que devem estar asociados à valorización das capacidades das comunidades locais, ao exercicio de uma cidadania participativa e à mobilización dos seus recursos endógenos, então o conceito e as prácticas de Desenvolvimento Local (a partir das comunidades locais e das suas capacidades e saberes), pode ser uma das matrizes de referêncía dos camiños de desenvolvemento para São Tomé e Príncipe.

Adicionalmente, a mobilização daquelas capacidades e recursos pode ser concretizada através de actividades económicas (de base informal ou formal), que, para além de gerarem rendimentos para as pessoas dessas comunidades, privilegiem o papel e as iniciativas dos mais desfavorecidos, tenham em conta a valorização do meio ambiente e uma relação positiva com a Natureza, dêem visibilidade às identidades locais (expressas nesses produtos e actividades, inclusive como um dos seus trunfos), promovam as comunidades e os territórios onde se situam, mobilizem as relações de proximidade e de solidariedade nelas existentes e sejam sustentáveis. Neste caso, estaremos a falar de uma Economia Solidária, como um dos caminhos da economia são-tomense, a partir das duas formas tradicionalmente referidas, ou seja, a economia das empresas privadas com objectivos lucrativas e a economia do Estado.

É em face desta dupla abordagem (a partir das comunidades locais e de uma Economia de um tipo diferente) que se pretende reflectir sobre o papel dos actores e das comunidades locais em São Tomé e Príncipe.

MR 2

O IMPACTO DO ECOTURISMO NAS COMUNIDADES LOCAIS. 25 de Julho de 2008, 16,30 h.

*Moderação: **Brígida Rocha Brito**, Centro de Estudos Africanos/ISCTE;
brigida.brito@iscte.pt*

ROÇA S. JOÃO, PROJECTO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO

Isaura Carvalho, Roça de S. João; ceiarte@cstome.net

Palavras-Chave: Projecto Integrado de Desenvolvimento; Sustentabilidade; Educação Ambiental; Turismo

No Distrito mais ao Sul de S. Tomé encontra-se a Roça S. João em plena região angular. A singularidade do meio ambiente e a riqueza cultural da comunidade foram os condimentos que levaram a pensar a Roça S. João como um Projecto Integrado de Desenvolvimento entrelaçando diferentes valências na busca da auto-sustentabilidade.

Ancorada num passado histórico, ainda visível na beleza da sua arquitectura, no desenho do seu espaço e nas marcas deixadas na população, a Roça foi redefinida à luz de uma nova filosofia tendo como vectores fundamentais a preservação do meio ambiente e a inclusão social. Deste modo, através de uma prática persistente, num quotidiano nem sempre isento de conflituosidade, foram-se introduzindo, paulatinamente, noções de educação ambiental, apostando na valorização das gentes da comunidade local e no seu envolvimento/participação na vida da roça. A falta de meios conduziu a uma visão mais criativa no aproveitamento dos recursos e a uma forte aposta na interdisciplinaridade unificadora das potencialidades da roça e da comunidade.

Deste modo, estruturaram-se actividades que se suportam mutuamente – o turismo, a agricultura, a criação do gado, a culinária, as danças e cantares, o artesanato, a transformação dos produtos locais, a história, o ambiente – na

tentativa de esforço de complementaridade coerente. Com a base de funcionamento assim estruturada, iniciamos recentemente uma nova aventura no combate à pobreza e à exclusão social através da Associação ROÇAMUNDO. Apostamos agora numa outra valência: a capacitação e acompanhamento da comunidade para o auto-emprego.

Assim, na ponte criada entre ecologia - ecocultura - economia - emprego na Roça S. João, onde passa prioritariamente a comunidade local, partimos em busca de novas soluções para um futuro melhor.

JALÉ ECOLODGE, UM PROJETO PILOTO DE ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM SÃO TOMÉ

Bastien Loloum, RAPAC e CEA/ISCTE; loloumb@hotmail.com

Palavras-Chave: Ecoturismo; Conservação; ONG; Desenvolvimento Local

Herança do Programa ECOFAC (Uso Racional dos Ecossistemas Florestais da África Central, União Europeia), o acampamento ecoturístico «Jalé Ecolodge», localizado na Praia Jalé na antiga roça de Porto Alegre, distrito de Caué, se destaca na oferta hoteleira da ilha S. Tomé por ser uma das primeiras estruturas hoteleiras do país com gestão associativa e sem fins lucrativos.

Os seus objectivos são estritamente ligados à protecção do meio ambiente, em particular às tartarugas marinhas, e o desenvolvimento local. Aberto em 2005, é fruto dos esforços conjuntos de várias organizações nacionais, regionais e internacionais, nas fases de identificação, elaboração, execução, e seguimento do Projecto.

Hoje em dia, o acampamento é gerido pela Associação Grupo Jalé, formada por moradores das comunidades de Porto Alegre e Malanza, na base de um acordo com a Direcção-Geral do Ambiente, administração de tutela do Projecto, e a ONG MARAPA (Mar Ambiente e Pesca Artesanal) em São Tomé. Constitui um ponto de atracção importante no destino, recebendo centenas de visitantes, tanto nacionais como estrangeiros.

A apresentação, além de fazer o histórico completo do Projecto e a descrição do seu funcionamento actual, aborda as questões de autonomização da gestão da actividade e de apropriação do Projecto pelos beneficiários em Porto Alegre e Malanza.

Três anos depois da sua abertura, poderemos ainda fazer um balanço dos resultados obtidos e analisar as suas perspectivas de evolução no contexto do turismo na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

TURISMO SOLIDÁRIO NA ESCOLA DE DIOGO VAZ

Nora Rizzo, *Natcultura*; ciacnat@cstome.net

Palavras-Chave: Turismo Solidário; Escola Não Formal; Formação

A Escola Não Formal é um Projecto que a Natcultura – Associação para a Preservação do Património Cultural e o Meio Ambiente – está a implementar desde o ano 2001 no antigo hospital da Roça de Diogo Vaz, no norte de São Tomé.

Esta Escola de formação trabalha com jovens de 14 a 20 anos de idade em sistema de internato especialmente para alunos que moram distantes da Escola.

As formações desenvolvidas e fixas estão viradas para as áreas de alvenaria, carpintaria, artesanato, canalização, agricultura, criação de animais, informática, costura, desporto e elaboração de pão. A Escola tem actualmente uma padaria que é gerida por 2 alunos como actividade económica independente.

As acções relacionadas com Turismo Solidário iniciaram-se em 2006, dirigidas para jovens saotomentes que vinham os fins-de-semana e co-participavam com os alunos nas tarefas próprias da Escola e em actividades desportivas e recreativas, tais como caminhadas, futebol, música, entre outras.

Actualmente abrange também turistas estrangeiros que se integram nas actividades do dia-a-dia da Escola e combinam o ócio criativo com acções solidárias que podem ou não incorporar formação dependendo de alguns factores como a característica do visitante, a língua, a idade e o tempo de permanência na Escola...

Desde a óptica dos turistas esta modalidade é uma oportunidade para dar algo de si, para compreender melhor a realidade da vida numa roça, para trocar experiências e saberes e sobre todo para criar laços afectivos.

Em função do perfil dos visitantes os alunos, junto do Director, são os protagonistas da organização e da programação das actividades. Nunca é a mesma. Cada grupo tem as suas particularidades.

No âmbito da Escola os visitantes participam na produção de artesanato, trabalhos na horta, elaboração das refeições, jardinagem, confecção de pão, limpeza da Escola, actividades relacionadas com a melhoria do edifício (lixado, pintura), organização de fogueiras à noite, desporto, música e dança.

No fim cada turista realiza a plantação duma árvore.

As acções organizadas fora do âmbito da Escola poderão ser entre outras, visitas a um centro de produção de aguardente de cana de açúcar, explicação de todos os processos, visita a aldeia de pescadores, conhecimento das diferentes técnicas de pesca artesanal, visita a plantação de cacau, senzalas e secadores, passeios pela floresta, visita aos túneis, cascata e praias.

A presença dos turistas na comunidade favorece a revalorização da cultura local (tradições, música, dança) e das actividades produtivas, estimula para um conhecimento mais aprofundado do Distrito (das pessoas, da cultura, da flora, das beleza paisagísticas, da História...).

Todo este processo em torno do turismo, implica por parte dos jovens uma aprendizagem prévia que inclui também a gestão dos benefícios económicos obtidos através do pagamento do alojamento e das refeições.

O destino dos benefícios é decidido exclusivamente pelos alunos.

A nível económico o Turismo Solidário é uma alternativa criativa e inovadora que permite pensar no futuro da Escola com critério de sustentabilidade e numa comunidade com possibilidades de gerar novos empregos e fazer surgir actividades económicas paralelas.

Uma experiência altamente positiva e enriquecedora para os alunos, a comunidade e sobre tudo para os visitantes.

PROGRAMA ECOFAC (ECOSSISTEMAS FLORESTAIS DA AFRICA CENTRAL) - COMPONENTE STP: BALANÇO DE 15 ANOS DE ACTIVIDADES DE VALORIZAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS ATRAVÉS DO TURISMO

Danilo Barbero, ECOFAC STP; danilo@danilobarbero.com

Palavras-Chave: Turismo de Natureza; Património Natural; Educação Ambiental; Biodiversidade

Apresentação da experiência do programa ECOFAC na promoção dum turismo de natureza em São Tomé e Príncipe: os sucessos e os insucessos.

Em STP, o apoio para a criação dum turismo da natureza foi concretizado com a construção do centro de Bom Sucesso, sede do parque natural e Jardim Botânico, infra-estruturas (circuitos eco-turístico e acampamento de Praia Jalé), formação e criação duma associação de guias turísticos e promoção do destino com os operadores turísticos.

Embora o turismo de natureza seja uma das formas mais evidentes para valorizar o património natural do Arquipélago, os resultados atingidos foram por abaixo do previsto, devido a fraca afluência turística, e assim as dificuldades em gerar receitas e a não apropriação de alguma das actividades. Assim o impacto económico do turismo sobre as populações locais foi reduzido. Por outro lado, o projecto contribui na preparação da lei sobre a avaliação de impacto e na realização de campanhas de sensibilização e educação ambiental, mais isso não foi ainda suficiente para a criação das capacidades de implemen-

tação de mecanismos de prevenção dos impactos negativos que poderão ter futuros investimentos turísticos em São Tomé e Príncipe.

O Programa de Conservação e Valorização dos Ecossistemas Florestais da África Central (ECOFAC) é uma iniciativa da União Europeia e de 7 Estados da África Central. Teve início em 1992, com vista a promover uma rede de áreas protegidas para a conservação da biodiversidade das florestas da bacia do Congo e valorizar este património em benefício das populações locais. Arrançou em STP em Dezembro de 1992 com o objectivo de dar um estatuto sólido à zona de conservação, de uma superfície de 24.000 ha, à volta do Pico de São Tomé.

Em 2006 duas Leis instituíram dois Parques Naturais: Obô de São Tomé e Obô do Príncipe lançando as bases para uma extensão do apoio de ECOFAC até 2010.

Ao longo dos anos as intervenções consistiram na valorização das áreas protegidas através do turismo, plantações florestais e agro-florestais, apoio ao desenvolvimento, protecção das espécies ameaçadas e um vasto trabalho de investigação e de produção de documentos científicos.

MR 3

O PAPEL SOCIAL E POLÍTICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. 26 de Julho de 2008, 16 h.

Moderação: **Manuela Cardoso**, Centro de Estudos Africanos/ISCTE;
manela.cardoso@netcabo.pt

O PAPEL SOCIAL E POLÍTICO DA EDUCACIÓN AMBIENTAL NA CONSERVACIÓN DA BIODIVERSIDADE

Carlos Vales, CEIDA; cvales@ceida.org

Palavras-Chave: Património Natural; Conservação; Uso Sustentável de Recursos

A preocupación pola conservación do patrimonio natural ten raíces moi antigas e, na súa versión contemporánea, baseouse na figura de Parque Nacional que deu orixe a toda unha panoplia de áreas naturais protexidas no mundo, que non ten deixado de crecer desde remates do século XIX.

Co tempo, as áreas protexidas foron definindo novas metas e obxectivos, incluída a conservación da biodiversidade como prioridade. A información científica recente pon en evidencia a dependencia do benestar humano, da conservación, dos bens e servizos dos sistemas biolóxicos terrestres para a nosa sociedade e que se plasma no Convenio de Diversidade Biolóxica da Cimeira da Terra de Rio de Janeiro do ano 1992.

Hoxe sabemos que o noso benestar depende dos servizos que nos prestan os sistemas biolóxicos que sustentan a vida na Terra e que, ao mesmo tempo, os estamos degradando de forma alarmante. Educar para entender a importancia deses servizos e para frear a degradación dos sistemas que os subministran é un desafío de primeira orde.

Ese desafío ten que facer fronte a múltiples dificultades. Unha delas vén dada pola propia complexidade intelectual do concepto de biodiversidade, posto que esta é máis ampla que a de "as distintas especies de seres vivos", manifestándose tamén noutros niveis de organización dos sistemas vivos. Outra dificultade vén dada polo feito de que a destrución da biodiversidade non é evidente, o que fai que a sociedade non perciba a gravidade desa destrución ata que é irreversible. Tamén, tendemos a minusvalorar o problema porque

os servizos ambientais non son percibidos como tales ata que desaparecen conxuntamente cos organismos vivos que os prestan. A estes factores hai que engadir que, con frecuencia, prodúcese unha apropiación socialmente inxusta das aportacións económicas directas da biodiversidade.

Mais o certo é que a degradación ambiental asociada á destrución da biodiversidade padécena fundamentalmente os sectores sociais máis pobres, que son precisamente os que máis dificultades teñen para atopar alternativas aos bens ambientais gratuítos. O que non evita que, na ideoloxía dominante, a conservación da natureza e o uso sustentable dos seus recursos sexan ollados como un impedimento ao desenvolvemento socio-económico, o que supón unha dificultade engadida á xestión intelixente dos recursos, xestión para a cal a educación ambiental debe axudar a capacitar.

En definitiva, educar para a conservación e o uso sustentable da biodiversidade presenta múltiples problemas, asociados á complexidade do propio concepto, á dificultade de observar o seu deterioro e a unha ideoloxía dominante falseadora da realidade que pretende representar a conservación do patrimonio natural como contraditorio co desenvolvemento socioeconómico e co benestar material.

CONTRIBUTO PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A ACÇÃO PELA BIODIVERSIDADE

Lúis Moita, Universidade Autónoma de Lisboa; lmoita@universidade-autonoma.pt

Palavras-Chave: Biodiversidade, Multiculturalismo, Desenvolvimento, Cidadania

A Educação Ambiental dirigida para a preservação da biodiversidade deverá satisfazer algumas condicións, a fim de assentar em perspectivas adecuadas.

Antes de mais, deve cuidar do quadro conceptual em que se movimenta, de modo a evitar erros de concepção que podem ter efeitos negativos. Por exemplo, é importante equacionar com rigor as relações entre o humano e o natural, entre a sociedade e o mundo físico, entre a evolução natural e a história humana e assim por diante. A cosmologia (visão acerca do cosmos) condiciona a antropologia e a sociologia: a visão que temos da natureza não é indiferente quanto à maneira como nos entendemos a nós próprios e como nos relacionamos com os nossos semelhantes.

Esse mesmo rigor conceptual deve estar presente na nossa consideração da biodiversidade. Basta ver que ela encerra três dimensões que mutuamente se completam: a diversidade ecológica (multiplicidade dos ecossistemas), a diversidade específica (a multiplicidade das espécies) e a diversidade genética

(a multiplicidade dos genes). Cada uma destas diversidades representa valores próprios e encerra uma riqueza que importa não apenas preservar como ainda potenciar. A complexidade propicia desenvolvimento.

Parece útil relacionar biodiversidade e multiculturalidade. A diversidade das espécies vivas que povoam a terra encontra eco na diversidade das culturas elaboradas pelos humanos. O pluralismo é importante factor de riqueza nesses dois campos. Esta relação permite sublinhar a dimensão social da preservação da biodiversidade e equacionar em termos mais profundos a articulação entre a biosfera e as populações humanas. A UNESCO produziu uma importante elaboração deste tema, ligando património material e imaterial e lançando bases para novos entendimentos da sustentabilidade do desenvolvimento.

Por último, pode salientar-se a dimensão política da acção a favor da biodiversidade. Essa acção deve ser compreendida como acto de cidadania, no exercício da nossa responsabilidade face ao universo. Uma possível componente da intervenção política será a pressão contra a privatização dos espaços naturais de grande riqueza (por vezes também de grande vulnerabilidade), de modo a que seja preservado o seu carácter de bem comum da humanidade.

COMUNIDADES TRADICIONAIS E RESERVAS EXTRATIVISTAS: UMA NOVA ABORDAGEM BRASILEIRA NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Júlio Rocha, Superintendência de Recursos Hídricos da Bahia; rochajulio@hotmail.com

Palavras-Chave: Direitos Humanos, Comunidades Tradicionais, Etnoconservação, Educação Ambiental

1. Direitos humanos e protecção ambiental

A sociedade actual passa por transformações constantes, principalmente em face do fenómeno do consumo de massas e de novas conflituosidades no contexto global. Prova disto o processo de discussão de demandas em diversas áreas, culminando com as conferências da infância, meio ambiente e desenvolvimento, direitos humanos, assentamentos humanos, mulheres e combate ao racismo e todas as formas de discriminação. Sem qualquer dúvida há que se ressaltar a importância da contribuição dos direitos humanos principalmente diante de problemáticas comuns, como a pobreza urbana extrema e os assentamentos humanos, incluindo a melhoria da qualidade de vida, com realização de direitos básicos; a protecção de grupos vulneráveis, principalmente os povos e comunidades tradicionais, as populações indígenas e a tutela dos direitos humanos-meio ambiente.

2. Etnoconservação e protecção da natureza

A aproximação entre direitos humanos e meio ambiente delinea novos contornos para a protecção da natureza. Nesse sentido, começa a se configurar nos países tropicais uma concepção diferenciada de conservação da biodiversidade, incluindo as comunidades, denominada de etnoconservação, propondo um diálogo entre saberes, onde o pensamento científico e o saber local dialogam para a construção de um novo modelo de conhecimento. Com efeito, além de se ampliar os estudos do papel da natureza na adaptação do ser humano a ambientes, verifica-se a superação clássica de que a natureza para ser preservada deve estar separada das sociedades humanas. Nesse sentido, observa-se no Brasil, em face das lutas sociais, a implantação de política de áreas protegidas com participação das comunidades, principalmente dos povos tradicionais, com as reservas extrativistas com seringueiros e nas áreas marinhas com pescadores. Observa-se que o saber e o saber-fazer dessas comunidades têm sido exemplos de conservação da biodiversidade de forma eficaz, como exemplo na reserva extrativista Chico Mendes (Acre) e na reserva marinha de Corumbaú (Bahia).

3. Educação Ambiental como ação política

A educação ambiental surge como instrumento de reflexão sobre a realidade brasileira e sobre a política ambiental, inclusive de conservação da biodiversidade. A educação ambiental deve assumir papel crítico, transformador e emancipatório, compreendendo a diversidade étnico-racial e a participação das comunidades tradicionais na protecção do ambiente. A prática da educação ambiental vem sendo construída como estimuladora do diálogo, afirmando cidadania ambiental e sustentabilidade apesar dos conflitos socioambientais e dos interesses de grupos económicos sobre os bens comuns.

2. painéis

PL 1

ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS.

25 de Julho de 2008, 11,30 h.

.....
*Moderação: **Maria Antónia Barreto**, Centro de Estudos Africanos/ISCTE; antonia@esel.iplleiria.pt*

ESTRATEGIAS EDUCATIVAS PARA LA RE - CONSTRUCCIÓN DE COMUNIDADES SOSTENIBLES. PROYECTO CADISPA - ESCOCIA

Germán Vargas, *Universidade de Santiago de Compostela; gvargas@usc.es*

Palabras-Clave: Comunidad, desarrollo sostenible, educación

El concepto de la comunidad es uno de los términos más controvertidos del presente, debido a que las viejas definiciones relacionadas con esta entidad han quedado superadas y son insuficientes para abarcar la complejidad de dicha realidad. No por ello, esta entidad social ha perdido valor o ha sido desechada de la experiencia cotidiana, es más, en el mundo contemporáneo la comunidad sigue siendo uno de los referentes esenciales para el desarrollo humano. En todo caso, ya no estamos hablando de la comunidad del pasado, pero si de una entidad que tiene presencia y sentido, de ahí la importancia de tratar este tema, con el objetivo de re-pensar y re-crear la comunidad desde una perspectiva de la sostenibilidad.

Para asumir la tarea de re-construir la comunidad desde la óptica de la sostenibilidad, es pertinente plantearse las siguientes cuestiones: ¿qué significa construir la comunidad desde una perspectiva de la sostenibilidad?; ¿cuál es el modelo de comunidad que se adecúa a las condiciones espaciales, temporales, sociales y culturales presentes?; ¿qué modelo de comunidad puede asegurar mejores condiciones de vida para todos, si es que realmente existe una entidad o un sistema de organización que garantice esto?; ¿qué elementos se deben de tomar en cuenta para la organización contemporánea de la comunidad en los contextos denominados de subdesarrollo?; ¿cuáles deben ser las estrategias educativas para la re-construcción, promoción y fomento de una vida anclada en una comunidad sostenible?.

Para dar resposta a estas cuestiones recurrimos a nuestra experiencia personal, de integración en un proyecto de Desarrollo Comunitario en un entorno denominado desarrollado, que a pesar de sus amplias posibilidades económicas, continúa sufriendo los embates de la marginalidad y, por tanto, la negación de posibilidades reales de desarrollo. Un entorno en el cual la desesperanza, el conformismo son elementos cotidianos que no han logrado destruir el carácter de las personas, que en base a sus múltiples posibilidades cognitivas, económicas, sociales y culturales pretenden construir, en algunos casos re-construir mundos soñados singularizados por sus propuestas de integración, bienestar y logro de mejores condiciones para la vida. En la línea de lo expresado, en esta ponencia se hace referencia a la "utopía" del desarrollo sostenible y a su concreción real en la experiencia de las comunidades locales, que son los entornos más propicios para ejercitar modelos alternativos de existencia.

El enfoque que asumimos es estrictamente pedagógico y social, perspectiva que ilumina nuestra experiencia en el marco del proyecto CADISPA Conservation & Development in Sparsely Populated Areas - Conservación y desarrollo en áreas escasamente pobladas-, cuya visión ambiental, social, cultural, pedagógica y de participación en los procesos de (re) construcción de comunidades sostenibles en el ámbito escocés, puede servir como un elemento orientador para el empoderamiento y la revitalización de las comunidades locales en el contexto africano.

AS CRIANÇAS COMO PROTAGONISTAS DE TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS

Rosa Madeira, *Universidade de Aveiro; rmadeira@dce.ua.pt*

Palavras-Chave: Infância, Participação Comunitária, Mudança social

Muitas são as razões pelas quais reclamamos a atenção das Comunidades que se dispõem a reflectir sobre a sustentabilidade do seu próprio modelo de desenvolvimento, para o lugar que atribuem à Infância e para o lugar que nelas é ocupado pelas Crianças.

Se até há pouco tempo bastava invocar a obrigação e a implicação directa e quotidiana dos adultos na garantia da sobrevivência e socialização dos mais novos, para assim estimarmos o grau de influência deste grupo social, sobre os contextos e as práticas sociais, hoje não o podemos fazer sem ter em conta relações sociais mais amplas, que se estruturam a nível global. Neste contexto nos parece indispensável considerar o impacto da globalização económica, social, política e cultural, causado pela difusão generalizada de modelos de atendimento às crianças, que são construídos sobre definições normalizadas e

normalizadoras das suas necessidades e interesses, bem como das respectivas famílias e comunidades.

Cada vez mais as crianças de todo o mundo são levadas a habitar quotidianamente mundos sociais formais que são construídos e regulados pelos adultos, governos e pelo discurso disciplinar dos peritos, em todo o mundo. Esta normalização da condição de infância à escala global, tem alterado os quotidianos e as práticas educativas. Se até há poucas décadas a distância e a assimetria social que separa os mundos de experiência e de conhecimento dos adultos e das crianças, a criação destes mundos sociais para a infância, tem reclamado cada vez mais a necessidade de reconhecimento da diferença do ponto de vista e das opiniões das crianças, que tradicionalmente era dispensada, na tomada de decisões, mesmo nos assuntos que lhes dissessem respeito.

Embora esta evolução global, tenha vindo a libertar, pouco a pouco, as crianças da sua condição de grupo subordinado aos ritmos, interesses, pontos de vista, entendimentos e poder exclusivo dos adultos, da família e da comunidade, esta tendência de democratização dos processos de inserção das crianças nos contextos de vida que partilham com os adultos, não tem sido extensiva a todos os grupos sociais. Assim dentro de um mesmo país ou localidade. Pode-se assistir à consolidação de velhas e novas desigualdades sociais entre as crianças, cujas diferenças de disposições e recursos de aprendizagem são muitas vezes interpretadas como efeito de diferenças de capacidade individual ou culturais. Esta é a situação vivida pelas crianças pobres que, segundo a UNICEF (2005), são uma em cada duas crianças e são uma em cada duas pessoas pobres no mundo.

Face a esta realidade, importa problematizar e reclamar outras imagens da infância que reclamem a participação social das crianças como sujeitos activos nas comunidades concretas. Se é certo que foi a representação das crianças como grupo social dependente da satisfação de necessidades caracterizadas pela sua especificidade e urgência, que nos permitiu reclamar direitos especiais de protecção e de provisão de bens e serviços, que para a satisfação das mesmas, não podemos ignorar a exclusão que esta mesma representação resultou não só da grande multidão de crianças que quotidianamente trabalham para prover a própria sobrevivência pessoal e familiar, no interior do mundo social adulto, como também de cada criança e de todas as crianças, que a cada dia exercem o papel de mediadoras e de desafiadoras de mudanças sociais, como nós de relações intergeracionais nas famílias e comunidades.

Este reconhecimento público nos parece fundamental na conjuntura de crise actual, que confrontam os adultos de todas as sociedades com a desestabilização das formas convencionais de entender, gerir e significar a realidade social, transformada por efeito da intensificação do ritmo das mudanças tecnológicas, políticas, sócio-económicas e culturais. É neste contexto que as competências de participação das crianças, na resolução dos problemas da

comunidade, devem ser investidas como mais valia nos processos de mudança social que requerem um esforço intergeracional, como é o caso da Educação Ambiental.

Da nossa perspectiva defender a escuta e a participação activa e democrática das crianças nos processos de educação ambiental exige reinventar os contextos e modos de acção comunicativa entre adultos e crianças, na comunidade.

Só assim será possível conciliar a afirmação da dignidade dos saberes locais e globais como recursos indispensáveis à (re)construção dos mundos de vida das crianças nas famílias e comunidades, com a atitude crítica que pode prevenir a colonização destes mesmos mundos de vida, por modelos e tecnologias educativas e outros produtos culturais para a infância que agravam desigualdades, oprimem e apartam crianças que cada vez mais se descobrem como cidadãs contemporâneas num mundo em transformação.

PL 2

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. 25 de Julho de 2008, 14,30 h.

*Moderação: Xavier Muñoz y Torrent, Associação Caué;
xavier270962@yahoo.es*

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE CONSCIENCIALIZAÇÃO AMBIENTAL DA POPULAÇÃO E DE INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES NA GESTÃO DO AMBIENTE

Arlindo de Carvalho, *Director-Geral do Ambiente; arceitacarv@hotmail.com*

Palavras-Chave: Educação Ambiental; Gestão do Ambiente; Comunidades; Desenvolvimento Sustentável

No âmbito dos estudos e reflexões levados a cabo sobre a problemática ambiental nacional concluiu-se que uma das causas fundamentais da degradação do Ambiente em S. Tomé e Príncipe devia-se à mentalidade do Homem santomense, e à falta de informação e de sensibilização da população sobre a importância dos diversos ecossistemas naturais na manutenção do equilíbrio ecológico nacional.

Neste caso, na estratégia preparada para se ultrapassar a situação, foram definidas a Educação, a Formação e a ConsciencIALIZAÇÃO da população, como elementos fundamentais e prioritários para a mudança de mentalidade, com vista a inverter a situação de degradação que o país tem vindo a conhecer e com maior pressão nos últimos tempos.

A estratégia considera que, investir nos Recursos Humanos em todos os domínios de desenvolvimento e em particular, na área do Ambiente em S. Tomé e Príncipe, constitui um dos principais elementos para a obtenção do Desenvolvimento Sustentável que todos preconizam.

No domínio de educação e formação ambiental, foram preconizadas duas vertentes:

Ensino Formal e Ensino Não Formal. O Ensino Formal na área de Ambiente incluindo a formação especializada em questões ambientais em sectores prioritários, fazem parte de um conjunto de acções que estão sendo imple-

mentadas no quadro das acções prioritárias de País e da estratégia traçada nos diferentes domínios de Ambiente.

Apesar de considerar que a Formação e a Educação Ambiental constitui a pedra angular para a mudança de mentalidade e de comportamento da população vis a vis à problemática ambiental e criar as bases para um desenvolvimento sustentável, a prioridade deve ser virada para as gerações mais jovens, no sentido de inculcar nos mesmos o sentido de consciência e de responsabilidade pelo Ambiente.

Ao introduzir princípios ambientais básicos nos programas escolares das escolas primárias e secundárias, S. Tomé e Príncipe está a atingir o importante objectivo de influenciar a Direcção a seguir no futuro pela geração mais jovem. Influenciando na consciência das crianças, também estaríamos ao mesmo tempo a influenciar nas famílias e isto teria a dupla finalidade de influenciar toda a comunidade.

Tendo em conta as dificuldades de ordem material, humana e financeira em que os diferentes sectores da vida nacional, incluindo a educação, se debatem, a introdução de forma imediata de questões ambientais no curriculum escolar não tem sido possível até ao momento. No entanto as questões ambientais têm sido tratadas em diversas disciplinas de ciências naturais, onde se destacam a biologia e a geografia.

Respeitante a Educação Informal, estabeleceu-se um "Programa de Informação, Educação e Comunicação Ambiental" junto aos órgãos de comunicação social nomeadamente a televisão nacional, a rádio nacional e a rádio regional. Esta actividade tem sido desenvolvida com a participação das ONGs nacionais, grupos de teatros locais, sectores da Administração Central do Estado, representantes das autarquias locais e representantes dos sectores privados. No entanto, consta ainda dentro de acções prioritárias, o desenvolvimento de módulos para introduzir o ensino sobre Ambiente nos programas escolares. Os temas têm sido diversos, tocando de uma forma geral os principais problemas ambientais existentes no País, nomeadamente, a desflorestação, a erosão costeira, o saneamento básico do meio, entre outros. A Educação Informal tem como principal objectivo, promover a tomada de consciência sobre o Ambiente fora de sistema de ensino oficial.

Perspectivas:

No âmbito da Cooperação no domínio de Educação Ambiental, na Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, foi elaborado um projecto, que propõe o fortalecimento da Educação Ambiental nos oito países membros da CPLP.

Este projecto consiste na constituição de Centros de Informação de referência em Educação Ambiental, com a criação de duas salas verdes em cada

um dos países membros, a elaboração do programa conjunto de Educação Ambiental da CPLP, e a formação de quadros.

O projecto pretende contribuir para a ampliação da comunicação e de troca de experiências em Educação Ambiental entre os oito países, a implementação de 16 salas verdes, a distribuição de duzentas publicações, isto é vinte e cinco livros por cada país.

As Salas Verdes estarão conectadas em rede, o que irá permitir um melhor intercâmbio de experiências entre os oito países, a elaboração de programa conjunto de educação ambiental, a realização de campanhas internacionais de educação ambiental entre outros.

EXPERIÊNCIAS DA MARAPA NA PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Jorge de Carvalho, MARAPA; marapa@cstome.net

Palavras-Chave: ONG; Ambiente; Desenvolvimento Durável; Boas Práticas

A MARAPA (Mar Ambiente e Pesca Artesanal) é uma Organização Não Governamental (ONG), laica, apolítica e sem fins lucrativos, que foi criada pelo pessoal do Projecto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal aquando da saída do financiador de então, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), devido ao reduzido volume de financiamento, o que não estimulava a rentabilização do seguimento de uma possível segunda fase. Neste contexto específico, o conjunto das estruturas Francesas (Cooperação e a AFD) apoiou a candidatura da MARAPA junto aos diferentes financiadores particularmente a UE.

A MARAPA é constituída pelos seguintes órgãos sociais: Assembleia-Geral; Conselho de Administração; Conselho Fiscal e compõe-se de 16 membros com diversas profissões (Biólogos Marinhos, Técnica de Pesca Industrial, Mecânico Naval, Piloto Naval, Gestores, inquiridores, Estatísticos, Economista e Jurista).

A MARAPA, cujo o lema é servir, tem por objectivo o desenvolvimento durável da pesca artesanal mediante o apoio a iniciativas locais das comunidades de pescadores a luta contra a pobreza das populações costeiras, a difusão de tecnologias combinadas, a gestão ambiental do litoral, a promoção de organizações profissionais e elaboração de alternativas de desenvolvimento em S. Tomé e Príncipe.

No quadro das suas actividades, a Associação preconiza a realização dos objectivos propostos com meios próprios ou com outros postos à disposição no quadro dos diferentes projectos. Assim, estabelece estreita ligação à investigação aplicada, dedicando-se muito particularmente à formação, à educação, à instrução, à comunicação, à informação, às acções de terreno

e à participação das populações costeiras, particularmente, os profissionais do subsector da pesca artesanal (pescadores, palaéis, carpinteiros navais e outras populações costeiras), suas organizações profissionais, suas famílias e o reatamento das suas comunidades.

A Associação pode, por decisão da sua Assembleia-Geral, sob proposta do Conselho de Administração, aderir ou associar-se a organismos nacionais ou internacionais que prossigam os mesmos objectivos. A MARAPA tem um acordo de parceria com a AFVP (Associação Francesa de Progresso) no sentido de prestação de assistência técnica à mesma.

Os projectos desenvolvidos caracterizam-se pela implicação das populações locais, pelo trabalho quotidiano dos técnicos no terreno em escutar as comunidades e entender as realidades e as dificuldades dos grupos e por uma grande cobertura geográfica das comunidades piscatórias do País. «Porque saber escutar é dar o direito de existência a essas populações com os seus conhecimentos através dos seus discursos».

Em S. Tomé e Príncipe mais de 30 000 pessoas vivem da pesca artesanal e mais de 80% da população utilizam as praias para o lazer. Hoje uma grande parte da costa está degradada ou apresenta sinais de degradação devido a extracção abusiva da areia. A deflorestação derivada de abate incontrolado de árvores com destruição das plantas endémicas, matança e consumo de espécies animais em vias de extinção, põe em perigo a fauna e flora e consequentemente o equilíbrio ecológico.

Perante todas estas constatações, e apesar de numerosos esforços desenvolvidos pelo Governo, pela Sociedade Civil e pelos diferentes parceiros de desenvolvimento em benefício do ambiente, verificamos que inúmeros problemas perduram e que as comunidades rurais, os profissionais e uma boa parte da população continua pouco sensível às desastrosas consequências das acções humanas sobre a natureza. Estes factos têm como causa o fraco acesso à informação e à educação ambiental e o insuficiente conhecimento de boas práticas, com particular incidência nas acções da protecção do meio ambiente.

Os principais problemas ambientais identificados são:

1. Em S. Tomé e Príncipe, a população abandona todo tipo de lixo nas praias e no mar.
2. Os pescadores utilizam redes com malhas pequenas e a pesca com o dinamite é ainda frequente.
3. Verifica-se uma forte concentração de pescadores numa mesma zona de pesca.
4. Os habitantes não conhecem o funcionamento e as dinâmicas do ecossistema marinho;
5. A população ainda consome carne e ovos de tartarugas marinhas e de outros animais ameaçados de extinção;

6. Continua a efectivar-se a extracção abusiva da areia nas praias

Com a identificação desses problemas, a MARAPA tem realizado acções no sentido de abarcar o máximo de pessoas para permitir uma mudança de mentalidade vis a vis ao ambiente costeiro. Assim, tem incidido principalmente as suas animações nas escolas, utilizando também spots televisivos e radiofónicos e materiais de sensibilização, tais como cartazes, postais, camisolas, desdobráveis, cadernos para as crianças, chapéus, esferográficas, difusão de programas de sensibilização, entre outros.

Através do reforço das boas práticas ambientais procura produzir e difundir um manual sobre a educação ambiental capaz de educar e sensibilizar as crianças desde a mais tenra idade. Para elaboração do manual, a MARAPA irá trabalhar em parceria com o Ministério da Educação, para que haja maior eficácia e possível integração dos conteúdos no curriculum escolar.

De igual modo, a MARAPA tem realizado campanhas de limpeza nas praias em colaboração com outras associações ambientalistas, os escoteiros de São Tomé e também com a participação das comunidades piscatórias. O Objectivo geral é contribuir para uma gestão durável dos recursos naturais e a preservação do ambiente em S. Tomé e Príncipe.

ECOTURISMO, MONTES E PICOS.

Luís Mário Almeida, Associação Monte Pico; montepico@yahoo.com.br

Palavra-Chave: Associativismo, Conservação, Ecoturismo

A Associação Monte Pico (AMP) é uma organização não governamental de direito santomense, laica, apolítica, e sem fins lucrativos. Tem como objectivos estatutários.

- Proteger e preservar o ambiente do arquipélago santomense.
- Apoiar o desenvolvimento do ecoturismo e a promoção de práticas sustentáveis do turismo no país.
- Contribuir a uma gestão do Parque Natural Obô e das infra-estruturas inerentes.
- Apoiar as iniciativas de desenvolvimento durável no meio rural.

Conta actualmente com 37 membros sendo 17 membros fundadores de formações e idades diferentes, e com participação dos dois géneros. Tem como órgãos a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Fazem parte do Conselho de Administração os seguintes membros:

- Luís Mário de Almeida: Presidente
- Faustino de Oliveira: Secretário executivo

- Cláudia Rita Benguela: Tesoureira
- Francisco Alamô: Presidente da Assembleia-geral
- Lúcio Primo: Fiscal da Associação
- Bastien Loloum: Membro Honorário e Assistente Técnico da AMP (AFVP)

Surgiu em 1996 a través dos antigos trabalhadores assalariados do Programa de Conservação e Utilização Racional dos Ecossistemas florestais de Africa Central (ECOFAC), que serviam de guias turísticos, suporte científico e pisteiros. Neste quadro participaram activamente para a implementação de vários projectos de conservação e desenvolvimento local em todo o país. Participaram também na promoção do ecoturismo nacional a través da identificação das pistas para prática de caminhadas dentro e fora do actual Parque Natural Obô de São Tomé, e da formação de eco-guias a nível sub-regional.

Actualmente, a Associação vem assumindo a gestão do Jardim Botânico de Bom Sucesso, numa parceria com a Direcção-Geral do Ambiente e o Fundo Francês para Ambiente Mundial (FFEM), com objectivo a sua valorização como ferramenta de sensibilização e educação para a conservação da biodiversidade, e como ponto de atracção ecoturística, rumo ao Parque Natural Obô de São Tomé.

A apresentação refere-se ao percurso da Associação desde a sua criação perante os seus objectivos na conservação do meio ambiente, e o desenvolvimento de um turismo responsável em São Tomé e Príncipe.

3. grupos de trabalho

GRUPO DE TRABALHO 1

ARTES E OFÍCIOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

26 de Julho de 2008, 9 h.

Coordenação e dinamização: **Manuela Galante, ASPEA;**

manuela_galante@yahoo.com.br e **Adelina Pinto, ASPEA;** *linapinto@netvisao.pt*

Objectivos gerais:

- Reflectir sobre a pertinência da participação das Artes e Ofícios na implementação de projectos de Educação Ambiental e Desenvolvimento Comunitário.
- Identificar e exemplificar projectos de ARTE / ARTESANATO / DESIGN que envolvam escolas e instituições e se enquadrem na Educação Ambiental / Educação para o Desenvolvimento Sustentável.
- Partilhar experiências.
- Reforçar a importância do trabalho de parceria a nível nacional e internacional.

Metodologia:

1. Apresentação - Actividade de dinâmica de grupo.
2. Escolha do relator das conclusões do grupo de trabalho.
3. Comunicações - Serão apresentadas quatro comunicações de motivação para o tema.
4. Workshops Criativos - momento prático/oficial de construção criativa de objectos úteis e funcionais a partir da reutilização ou reaproveitamento de outros objectos ou materiais.
5. Trabalho de Grupo (Círculo de discussão) – Elaboração de uma proposta de documento que contribua para a participação das Artes e Ofícios na implementação de projectos de Educação Ambiental e Desenvolvimento Comunitário e exemplifique metodologias e estratégias dessa participação.

ARTESÃO, ARTISTA E DESIGNER. PARA UMA CRIATIVIDADE AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEL

COM 01 - **Manuela Galante**, ASPEA; *manuela_galante@yahoo.com.br*

Palavras-Chave: Arte, Consumo e Consciência Ambiental

Desde os primeiros vestígios da pré-história, a arte passou a ser parte integrante da cultura do homem, tornando-se para muitos uma necessidade e um modo de expressão perante o mundo que os rodeia. A arte veio também enriquecer, embelezar e melhorar a qualidade de vida do homem, completando-a.

Com o desenvolvimento das diversas culturas e sociedades, o artesão, o artista e o designer deram o seu contributo, reflectindo o modo de pensar e os valores da época, aproveitando e adequando matérias primas encontradas na natureza, criando formas úteis, funcionais e belas à medida e à vontade do homem que proporcionaram satisfação ao fruidor.

A princípio, a criação ficava ainda a cargo dos artesãos que, para além de criarem, também produziam artefactos, mas a optimização dos processos de produção, necessitou de um rigor de projecto, fazendo com que surgissem novos profissionais especializados em projectar os produtos – os designers. O design surge como algo novo tanto a nível criativo como a nível tecnológico, tornando-se importante a nível quotidiano e cultural.

No séc. XX, no seio das sociedades ocidentais em crescimento económico baseado numa produção maximizada, fruto da revolução industrial e da produção de objectos em série, surge também grande parte dos problemas ambientais causados pelo design convencional e pela indústria, que não consideraram os riscos e impactos ambientais ao produzir bens e serviços.

Numa sociedade integrada no seio de uma cultura materialista que cultiva o consumismo, instalando a moda do "usa e deita fora", a grande maioria dos recursos materiais e energéticos necessários para esta produção desenfreada eram considerados como inesgotáveis e a natureza era entendida como tendo capacidade infinita para suportar quaisquer agressões.

Os consumidores dispõem hoje, de uma enorme variedade e oferta de objectos, e desde que lhes seja dada oportunidade, as pessoas gostam de adquirir coisas. O Eco-design, um novo ramo nos campos do design de produto, arquitectura e engenharia é um passo decisivo no futuro do consumismo preocupado com o meio ambiente.

É necessário sensibilizar os consumidores para a nova tendência do ecologicamente correcto. Temos que contribuir para uma Cultura Material sustentável. É possível reutilizar criativamente materiais de fácil acesso e consumo, na concepção de artefactos. É necessário formar consumidores responsáveis ambientalmente e que conheçam a existência de produtos de eco-design. Nes-

ta linha, pretende-se criar no final da sessão de trabalho um momento prático/oficial de construção criativa de objectos úteis e funcionais a partir da reutilização ou reaproveitamento de outros objectos ou materiais (um dos princípios do Eco-design).

Estamos a exercer demasiada pressão sobre o planeta e corremos o risco de o envenenar de tal modo que se torne irreversível a qualidade de vida e a sustentabilidade do mesmo.

Será possível comprar e consumir menos, e criar mais? Este é o grande desafio com o qual todos temos de nos confrontar.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E RESÍDUOS: UM RECURSO PARA (RE)UTILIZAR COM CRIATIVIDADE

COM 02 - Adelina Pinto, ASPEA; linapinto@netvisao.pt

Palavras-Chave: Educação Ambiental, cidadania, reutilização, resíduos.

No decorrer da história assistimos a várias mudanças na forma como o homem tem transformado matérias-primas em produtos úteis à sua sobrevivência, levando a mudanças significativas a partir dos finais do séc. XVIII, aonde se assiste ao desenvolvimento da economia capitalista. É a partir do séc. XIX que o processo de industrialização se verifica pelo mundo de uma forma mais acentuada, e, nenhuma sociedade atingiu o nível e a velocidade de transformação do ambiente comparável ao da sociedade industrial, com maior impacto a partir da última metade do séc. XX.

Assim, é nessa máxima, na sociedade industrial, que o crescimento económico passa a ser o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos (sociais, morais...) e pela crença absoluta na dominação do progresso e do poder económico, político e tecnológico, sobre a natureza.

Resultante desse desenvolvimento e, conseqüentemente, da implementação das actividades económicas, da evolução dos hábitos de vida, do crescimento demográfico e do aumento do consumo, são produzidas grandes quantidades de resíduos que, não sendo sujeitos a uma gestão adequada poderão implicar a degradação do ambiente, da qualidade de vida e da saúde.

Em todo este processo de desenvolvimento, entendido este como um fenómeno global, não só económico e social, mas de âmbito estrutural, a educação é chamada a tarefas de grande importância, entre elas, as questões ambientais.

A sensibilização para os problemas do ambiente constitui um primeiro passo no processo de educação ambiental (EA). Para a consecução deste objectivo muito pode contribuir a educação, nas suas múltiplas formas. E o papel da escola começa também aqui. Mesmo a níveis mais ou menos informais

e porque a escola é um espaço de comunicação, as mensagens que são veiculadas podem ou não despertar sensibilidades e “consciências” para questões como a problemática ambiental. Claro que é provavelmente o nível de EA que mais facilmente qualquer pessoa (professores) que esteja ela própria sensível ou desperta para os problemas, independentemente da sua área de formação, pode promover. Naturalmente que das vivências, experiências e oportunidades de aproximação ao ambiente que a escola proporciona terá reflexos, que com as atitudes e valores dão corpo à esfera afectiva da EA.

É também a este nível que parecem situar-se muitas iniciativas e actividades que acontecem no domínio da EA. E, os educadores/professores podem funcionar como catalisadores deste tipo de abordagem sobretudo quando ela põe em contacto a escola (alunos, professores, etc.) e a comunidade. Mas, acreditando que os jovens estão cada vez mais despertos para os problemas, caberá a todos nós ajudá-los a ir mais longe.

É necessário haver uma nova atitude por parte de todos.

Voltando um pouco atrás e pegando nesta parte final, é, cada vez mais, importante a corresponsabilização dos diferentes agentes (associações, escolas, autarquias, operadores económicos,..) para uma eficaz política de recolha selectiva, tendo em vista a minimização de resíduos depositados em aterros, agindo de forma a incentivar à menor produção de resíduos, à utilização de processos tecnológicos que permitam a sua compostagem, reciclagem, a eliminação dos não recicláveis, em condições de máximo aproveitamento do seu valor energético e a adequada protecção do ambiente.

Devemos então, caminhar juntos para uma solução que vise uma melhoria da qualidade de vida e para que haja condições ambientais favoráveis à vida das futuras gerações. Para isso, é necessário o desenvolvimento de uma consciência ambiental: a política dos 3R's – Vamos fazer menos lixo: a redução, a reutilização e a reciclagem. Precisa-se, também, de reformular a concepção a respeito do lixo. Não se pode encarar todo o “lixo” como inútil mas sim, como algo que pode ser transformado em nova matéria-prima para retornar ao ciclo produtivo.

ARTES E MANHAS. É PRECISO!

COM 03 - Conceição Afonso, Ministério da Justiça; saoziafonso@gmail.com

Palavras-Chave: Ludicidade – educação – cidadania – inclusão

- Reduzir o impacto humano na modificação do equilíbrio natural e promover a sustentabilidade, passa pela sensibilização e pela educação de cada gesto, de cada comportamento de cada cidadão.

- Operar em articulação, de forma a caminhar para sociedades sustentáveis, coordenando a qualidade de vida com a protecção dos recursos naturais, num momento em que o seu uso já se tornou abusivo, é um desafio.

A melhor maneira de transmitir mensagens é a partilha de experiências, conhecer projectos de resultados positivos e realizar actividades lúdicas, já que o “brincar” opera milagres desde a mais tenra idade e não encontra limites.

Assim, esta comunicação concentra os seus propósitos na divulgação e partilha de experiências educativas, no âmbito da promoção de valores sociais e ambientais. Pelas características da população envolvida, com quem se desenvolvem projectos, concretamente, alunos de diversas origens étnicas, excluídos social e/ou comportamentalmente, espera-se enriquecedora a acção que se propõe.

O desenvolvimento de projectos de promoção de valores e de educação cívica, são tanto mais concretizáveis e significativos na educação de crianças e jovens que, de uma forma ou de outra, se encontram em situação de exclusão, quanto mais as “Artes e Manhas” aplicadas forem ao encontro dos seus gostos, interesses e aplicação prática. Concretamente, partilha-se a experiência através da apresentação de um video acerca de um projecto de Educação Ambiental “Como poupar água”, através de dramatização, dança e música Kuduro e Kizomba, elaborado por rapazes em cumprimento de pena judicial em Centro Educativo.

A realização de WorkShops de origamis e de um jogo colectivo de co-operação e cidadania, será ainda, uma proposta para inter-agir e promover práticas ambientais.

CIDADANIA AMBIENTAL: COOPERAÇÃO SÓCIO - CULTURAL COM ÍNDIOS TEMBÉS DE SANTA MARIA DO PARÁ - BRASIL

COM 04 - Cláudia da Silva, Universidade Federal do Pará; claudias@ufpa.br
Palavras-Chave: Cidadania Ambiental, Cooperação, Identidade Cultural

Este artigo objetiva apresentar os resultados das experiências cooperativas no âmbito ambiental e sócio-cultural, com os índios Tembés de Santa Maria do Pará, da região Amazônica brasileira, pois consideramos fundamental a compreensão de dinâmicas culturais que apresentam pactos com a natureza, baseados na solidariedade e no viver cooperativo.

É importante mencionar que os resultados apresentados encontram-se inseridos no projeto Laboratório Interdisciplinar de Educação Ambiental – LIEA,

na Universidade Federal do Pará, no Brasil, cujo principal objetivo é tornar viável a práxis da educação sócio-ambiental. E também, é uma das bases para o desenvolvimento do projeto de tese de doutoramento Cidadania Ambiental: das diversidades culturais à identidade planetária, realizado na Universidade de Aveiro, em Portugal, cujo objetivo central é investigar a relação entre a identidade cultural e a cidadania ambiental em escolas multiculturais.

O trabalho baseia-se, sobretudo, no conceito de cidadania ambiental como um conjunto de condições que permitem-nos a defesa e luta vitalícia para a continuidade da vida humana e dos recursos advindos da natureza bio-física (atmosfera, água, solo, flora, fauna, etc.), fundamenta-se, sobretudo, nos princípios de responsabilidade, solidariedade, autonomia e tolerância. Para além da escola, deve-se buscar também parcerias variadas, entre as quais destacamos as comunidades indígenas.

O diagnóstico realizado na aldeia dos índios Tembés demonstra que, apesar de terem ficado expostos e susceptíveis ao processo de aculturação desde o processo de colonização desencadeado a partir do século XVI, ainda lutam com acentuada motivação pela permanência e continuidade da sua identidade indígena e são exemplos de resistência étnica. Hoje eles reivindicam legitimidade de direitos junto à sociedade, em especial destacamos: a marcação de território (reserva ambiental) e a escola diferenciada e bilingue (Língua Portuguesa e Língua Tupi-Tenetehara).

A partir das etapas realizadas (diagnóstico participativo, programação e primeira fase de execução), foi possível focalizar dois aspectos fundamentais: a mobilização de conhecimentos e saberes sócio-culturais próprios contribuem para a conservação não somente da sobrevivência cultural, mas também física dos mesmos. E também o desenvolvimento da autonomia e a da responsabilidade são fundamentais para a sustentabilidade ecológica, (Leff, 2006), expressas por eles através de atividades como a agricultura familiar, a pesca artesanal, a agroecologia e o extrativismo vegetal, colocando-os na condição de salvaguardas de "pequenas" faixas da natureza.

Pensamos que essa proposta contribui para a consolidação de respostas concretas às demandas sociais, culturais, étnicas e educativas para a construção de uma cidadania ambiental, efetiva e multi-inter e transcultural (Peres, 2000).

GRUPO DE TRABALHO 2

TURISMO, CULTURA E IDENTIDADES. 26 de Julho de 2008, 9 h.

*Coordenação e dinamização: **Brigida Rocha Brito**, CEA/ISCTE; brigida.brito@iscte.pt e **Araceli Serantes**, Universidade da Coruña; boli@udc.es*

No Grupo de Trabalho “Turismo, Cultura e Identidades” abordam-se estratégias de gestão do património natural e cultural a partir da valorização das culturas locais. Os tópicos em análise são o turismo como instrumento e possibilidade de desenvolvimento sociocultural.

A orientação da sessão é teórico-prática pelo que, a partir da apresentação de experiências e de estudo de casos, propõe-se uma análise referenciada a São Tomé e Príncipe. O objectivo é aprofundar os métodos de diagnóstico, a planificação e o desenho de projectos turísticos, tendo em conta os diferentes grupos envolvidos, para quem as acções são dirigidas.

Os espaços naturais são também espaços humanos com influência cultural que, ao longo da História, confirmam a existência de complexas interdependências. Muitos destes espaços não podem ser conservados sem ter em conta as sociedades humanas que neles se enquadram e que deles dependem. A conservação e a gestão de Espaços Naturais, e sobretudo protegidos, não se pode planificar sem um amplo acordo social.

As instituições que tutelam o sector não são os únicos actores envolvidos. Existem as entidades e as pessoas com interesses económicos, os agentes sociais, as populações locais e os visitantes. Cada um destes grupos caracteriza-se por vontades próprias que determinam o uso dos espaços e, como consequência, a viabilidade da sua conservação.

Os espaços naturais, entendidos como um projecto integrado de diferentes grupos com interesses próprios, deve ter em conta todos os interessados para garantir o uso sustentável do território. Estes espaços são definidos pela complexidade traduzindo visões, interesses, valores, expectativas, formas de vida, modelos de organização social e de produção económica diferenciadas. É imprescindível considerar e respeitar o uso tradicional do território e os modelos locais de organização socioeconómica.

Os planos de acção devem enquadrar as pessoas e os grupos directamente afectadas: possibilitar a participação e o envolvimento efectivo dos cidadãos na gestão de espaços, de recursos e de iniciativas. A participação e o envolvimento são uma garantia de conservação do património mas também de promoção e de

valorização dos costumes, das práticas, dos sistemas simbólicos e das identidades culturais locais.

“As administrações públicas não têm suficiente capacidade organizativa nem económica para gerir a conservação do território. Em consequência, é necessário procurar novas fórmulas de governo e novos instrumentos para a gestão partilhada do território” (Pons, 2006, pp. 28-29).

A planificação e a gestão da procura turística pode ser um instrumento fundamental para o desenvolvimento local sustentável, para a conservação do meio natural e para a promoção das identidades culturais.

Comunicações orais

ÉTICA E RESPONSABILIZAÇÃO NA PROMOÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

COM 01 / P 01 - Brígida Rocha Brito, CEA/ISCTE; brigida.brito@iscte.pt

Palavras-Chave: Turismo; Responsabilização; Desenvolvimento; Sustentabilidade

Ao longo do tempo, o sector económico do turismo tem evidenciado uma tendência para o crescimento, sendo consensualmente considerado como uma das actividades económicas internacionais que apresentam maior dinamismo. Além de ser definido como uma actividade económica, o turismo pode também ser entendido e analisado enquanto fenómeno social que resulta num conjunto de práticas socioeconómicas e culturais, enquadradas por contextos ambientais.

Independentemente da forma como se define o sector, e os segmentos que o constituem, o turismo pode ser analisado com base num conjunto de elementos comuns, entre os quais: ser um fenómeno humano e dotado de características sociais; ter um carácter temporário porque limitado no tempo; estar dependente de factores motivacionais diversos em função dos intervenientes considerados; implicar uma relação, directa ou indirecta, entre diferentes actores envolvidos; ser referenciado a ambientes concretos, sejam rurais, costeiros ou urbanos; produzir impactos, positivos e negativos.

A análise da evolução do sector a nível internacional evidencia diversidade nas práticas turísticas com crescente valorização das formas alternativas, que se podem qualificar de responsáveis, éticas, solidárias e respeitadoras do ambiente. Este passou a ser entendido como o período do *small is beautiful* do turismo justificado pela urgência de reduzir as agressões e os impactos negativos, que decorrem do incremento da actividade, exercidos sobre os diferentes contextos ambientais e sentidos de forma directa pelas comunidades locais.

A promoção do turismo sustentável, gerador de desenvolvimentos no longo prazo e com efeitos duradouros, implica a integração de três dimensões principais: a sociocultural; a económica; a ecológica ou ambiental. Através do turismo procura assegurar-se a melhoria das condições de vida das populações locais, garantindo a preservação ambiental e a conservação de espécies, nomeadamente endémicas e ameaçadas, respeitando as diferenças culturais e reforçando os elementos identitários.

Estes princípios têm sido defendidos por organizações internacionais, tais como a Organização Mundial do Turismo, e traduzidos em documentos, entre os quais a Declaração de Manila (1980), a Carta do Turismo e o Código do Turista adoptados em Sofia (1985), a Declaração de Tamanrasset (1989), a Carta do Turismo Sustentável (1995), o Código Ético Mundial para o Turismo (2001) e a Resolução das Nações Unidas sobre o Turista Responsável e o Viajante (2005).

O princípio valorativo subjacente a todas estas iniciativas é o de que existem formas responsáveis de viajar, fundamentadas na consciencialização das características locais e no reconhecimento das diferenças, entendidos como instrumentos facilitadores do respeito pelas identidades culturais, pela essência ambiental dos países de destino e pela valorização da partilha de experiências. Numa expressão, responsabilidade turística implica comportamento ético e criterioso.

A INTERPRETACIÓN DO PATRIMONIO COMO INSTRUMENTO NA XESTIÓN TURÍSTICA DOS ESPAZOS NATURAIS PROTEXIDOS

COM 02 - Araceli Serantes, Universidade da Coruña; *boli@udc.es*

Palavras-Chave: Interpretação; Património; Turismo; Espaços Naturais

A interpretación do Patrimonio é a “arte” de comunicar “in situ” os valores patrimoniais a un público que visita o lugar no seu tempo libre. É un instrumento que favorece a xestión dese ben patrimonial: nos EE.UU. lévase utilizando como estratexia de comunicación polo Servizo Nacional de Parques dende o ano 1927; en España, os Plans de Uso e Xestión dos Espazos Naturais Protexidos e dos Lugares de Interese Comunitario recoñécena como unha estratexia para a xestión.

A interpretación do patrimonio vinculada co turismo permite establecer lazos de unión entre os recursos (neste caso naturais e culturais) e as experiencias vividas polos turistas, ao buscar que estas sexan significativas, relevantes e ao permitir “entender o que paga a pena entender” o intérprete intenta revelar os significados do recurso a través de crear conexións intelectuais e emocionais

deste co individuo. "a interpretación axuda a crear unha sensación de lugar" (Tim Merriman, 2000):

"A interpretación do patrimonio é unha actividade educativa que aspira a revelar significados e relacións a través do uso de obxectos orixinais, a través da experiencia de primeira man, e a través de medios ilustrativos, en lugar de simplemente comunicar a información baseada en feitos" (Freeman Tilden, 1977).

A actual oferta turística está a presentar os espazos de grande valor e atractivo natural como novos destinos. Isto esixe non só un Plan de Uso destes espazos senón garantir a conservación dos seus valores. A interpretación preséntase como un instrumento eficaz para presentar os espazos naturais como destino turístico sen mermar os seus valores e, polo tanto, contribuír á conservación dos mesmos.

Os guías-intérpretes e os recursos interpretativos favorecen a existencia de experiencias máis profundas sobre os lugares, a cultura e as xentes: "xeran sentido de lugar".

Para xestionar o turismo nos espazos naturais protexidos de xeito que non supoñan unha ameaza, senón un aliado na conservación, utilízanse fundamentalmente catro estratexias que permiten conectar o lugar cos turistas:

1. Os roteiros, sendeiros ou itinerarios interpretativos que permiten coñecer os valores do lugar dunha forma amena, relevante, participativa e ordeada. Á hora de planificar os sendeiros tense en conta mostrar aos visitantes lugares singulares e as características máis salientables, ao tempo que contempla non introducilos en zonas perigosas ou sensibles a acción humana. Este recurso é moi apropiado para regular o número de visitantes a un lugar.
2. Os paneis interpretativos dan información de forma atractiva e relevante, sen interferir nos escenarios naturais. Este recurso resulta interesante en lugares onde non se pode dar un servizo personalizado e onde o impacto dos visitantes é baixo.
3. O material impreso (dípticos, trípticos...) permite realizar visitas autoguiadas polos lugares que os xestores consideran máis oportunos; ao tratarse dun recurso barato permite imprimir cada tempada propostas diferentes se é o caso. Este recurso permite reconducir aos visitantes polos lugares onde a súa visita ten menor impacto.
4. Os Centros de Interpretación ou Centros de Visitantes serven de lugar de referencia para os turistas que queren recibir información dos valores do lugar, dos servizos e das posibilidades de desenvolver actividades. Os estudos demostran que moitos dos visitantes cobren a súa demanda de coñecer o lugar cunha visita a estes centros, polo que a súa ubicación é estratéxica, e debe ofrecer recursos que cubran algunhas ou moitas das expectativas dos turistas, de forma que moitos deles optarán por non adentrarse a lugares máis sensibles do Espazo Natural.

Unha boa interpretación do Espazo Natural Protexido pode converter un negocio turístico en máis demandado e rentable, porque o converte nun “produto” máis atractivo, mantén as persoas durante máis tempo na zona ao ofertar moitas posibilidades de visitas e actividades, e axuda a dar unha imaxe de calidade e coidado dos recursos que resulta un valor engadido á experiencia turística.

O ECOTURISMO E A EDUCAÇÃO DE TURISTAS COMO ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ILHAS

COM 03 - Pedro Morais, Escola Superior Agrária de Coimbra; *pmorais@esac.pt* e
M. Silveira, Sinergiae; *m.silveira@sinergiae.pt*

Palavras-Chave: Ecoturismo, Sustentabilidade, Educação.

Comparativamente a outros contextos, as ilhas possuem especificidades que tornam estes locais dos máis difíceis de alcanzar un elevado nivel de sustentabilidade. A juntar ao isolamento geográfico, ecossistemas de elevada sensibilidade, e a escasez de algúns recursos, normalmente as ilhas são tamén destinos turísticos que fascinan cada vez máis turistas. São assim criadas condicións para un desenvolvemento turístico moitas veces desregrado, que independentemente das contrapartidas deixadas no local, contribuí en moitos casos para un acentuado desequilíbrio ambiental e social.

Nas ilhas são frecuentes os problemas relacionados com o uso dos recursos naturais como a auga ou a enerxía, escasez de bens esenciais, a preservación da biodiversidade, desequilíbrios sociais e carência de iniciativas locais, acarretando un desenvolvemento económico assimétrico e moitas veces pouco enraizado na sociedade local. O Turismo, infelizmente, é en moitos casos máis un problema ou contribuí para estes problemas, pressionando para a instalación de infra-estruturas desadequadas ás necesidades dos locais e/ou interferindo na estrutura social e na distribución de recursos naturais. A cultura local e as potencialidades paisagísticas e diversidade biolóxica são moitas veces preteridas por una padronización turística que non deixa aproveitar os recursos locais, nem direcciona os beneficios necesarios para que se poidan preservar todas as características ambientais e sociais que proporcionan esta mesma actividade turística.

Assim, a resolución desta parte dos problemas ligados à actividade turística deberá envolver todos os agentes, ou dito de outra forma, todas as componentes do sistema turístico, incluído a procura, a oferta, os recursos locais e todos os agentes que possibilitan e permiten a existencia da actividade turística. O Ecoturismo, entendido como una vertente turística que propor-

ciona um elevado nível de sustentabilidade, pode simultaneamente contribuir eficazmente para minimizar os impactes negativos e maximizar os positivos em todo este sistema, nas vertentes ambiental, económica e social.

Nesta comunicação separa-se, de um mar de conceitos que rodeiam a terminologia Ecoturismo, uma definição de Ecoturismo que permitirá atingir uma sustentabilidade mais profunda e adequada ao contexto particular das ilhas, por forma a que se proporcionem experiências turísticas de elevado valor, quer para o visitante, quer para a população hospedeira, onde os recursos naturais são utilizados e simultaneamente preservados para que este ciclo se possa prolongar tanto quanto possível.

Neste contexto, discute-se e apresenta-se o papel particular que a componente educativa assume num contexto de desenvolvimento de actividades de Ecoturismo, quer vocacionada para todos os agentes de uma forma global, quer particularmente dirigida para os turistas, pelos quais o somatório dos seus comportamentos e preferências terá um significativo resultado na sustentabilidade atingida numa ilha, quer directamente na actividade da "industria turística" quer num vasto conjunto de muitas outras actividades que lhe estão associadas. De facto, numa perspectiva de turismo de elevada sustentabilidade, a educação de turistas deixa de ser algo de desapropriado tal como tem sido visto até aos nossos dias, para passar a ser uma actuação cada vez mais indispensável no futuro.

ANTIMODELOS Y AUTODECISIÓN EN LAS FORMAS DE DESARROLLO. UN ENFOQUE DESDE LA PERSPECTIVA DE LA OFERTA

COM 04 - Xavier Muñoz i Torrent, *Geógrafo, Associação Caué;*
xavier270962@yahoo.es

Palavras-Chave: Desenvolvimento; Turismo; Antimodelo; Comunidades

Los modelos de desarrollo aplicados durante años a los países del III Mundo han sido siempre los que impone la demanda. Esto se ha puesto de relieve en un crecimiento basado en la extrema especialización de la estructura económica de esos países y, por tanto, en acrecentar su relación de dependencia de un centro de poder extraterritorial, generando vínculos jerárquicos, mercados cautivos e incluso de provisión única, y dificultando, incluso, el establecimiento de relaciones normales con países o territorios limítrofes. Eso es hasta el punto de situar el centro de decisión a millares de kilómetros del territorio donde se produce la actividad y, por tanto, a supeditar cada vez más la producción de bienes y servicios a las necesidades de ese centro y no a atender las necesida-

des más básicas de la comunidad local. Se trata principalmente de proyectos explotación poco generativos, modelos de desarrollo que persiguen la máxima rentabilidad de las inversiones, sea cual fuere el efecto sobre el territorio en el que se ponen en marcha, y por tanto, haciendo escaso énfasis a aspectos importantes para el lugar, como el respeto al medio o el derecho colectivo o individual de sus moradores.

Esto también se ha trasladado al desarrollo de la industria turística imponiendo modelos de explotación que se fundan en gustos estandarizados, en actividades que banalizan el producto y, por tanto, que afectan decisivamente tanto a la transformación del paisaje, como a la cultura local o a la oferta a largo plazo, y que poca relación tienen con las posibilidades y los intereses de desarrollo de los territorios donde se reproducen aquellos modelos. Son modelos que muy poco o nada tienen que ver con un desarrollo sostenible del territorio, ni desde el punto de vista ecológico ni desde el punto de vista social.

Ante esto, se propone otra perspectiva del desarrollo basado en la formación de oferta, un "antimodelo" fundamentado en la propia decisión. Una decisión que está relacionada con el ejercicio más profundo de soberanía de actuación, que debe girar en torno a la formación de la oferta, entendida como un acto de decisión propia, creativa, inteligente, en el establecimiento de criterios infranqueables, en el que habrá de pesar la incorporación de conocimiento estratégico, la participación de los agentes interesados, la reflexión sobre el contenido y los efectos de decisiones alternativas.

Desde esa perspectiva, la valoración de la cultura que vincula la comunidad con el territorio será necesariamente un elemento clave para redescubrir capacidades de la comunidad en cuanto a la competitividad en su actividad económica.

A IMPORTÂNCIA DO ECOTURISMO COMO FERRAMENTA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DE ÁREAS NATURAIS E SUA APLICAÇÃO NO CONCEITO EXPLORE®

COM 05 - Miguel Silveira, Sinergiae; *m.silveira@sinergiae.pt*; **P. Morais,** *Escola Superior Agrária de Coimbra;* *pmorais@esac.pt*; e **J. Palhas,** *Sinergiae,* *m.silveira@sinergiae.pt*
Palavras-Chave: Ecoturismo; Áreas naturais; modelo de gestão

O Ecoturismo é uma ferramenta importante na conservação e gestão do activo ambiental e sócio-cultural de uma área que, de outra forma, poderia entrar em processo de descaracterização dos seus valores patrimoniais e de delapidação dos seus recursos naturais, contribuindo para um desenvolvimento local sustentável.

A Sinergiae, Lda, através da marca Explore® desenvolve e promove um conjunto de actividades de animação turística sustentáveis. A dinamização de rotas, percursos e actividades assenta sempre no estabelecimento de parcerias com actores locais relevantes. Todos os eventos são cuidadosamente planeados de acordo com os princípios do Ecoturismo, de forma a proporcionar ao visitante conhecimento, compreensão e experiências de interacção e envolvimento com um determinado território; de forma a minimizar impactes no ambiente e contribuir para a conservação do património natural e cultural da região, estimulando assim as actividades tradicionais.

Partindo da premissa, defendida por diversos autores, de que a manutenção das actividades tradicionais contribui largamente para a conservação do património cultural e natural, toda a contribuição para a manutenção ou recuperação dessas actividades terá, conseqüentemente, impactes positivos na conservação da natureza. No entanto, esta afirmação de carácter geral deve ser sempre validada localmente, pois a evolução das relações e interdependências homem/natureza pode nem sempre ter resultado em equilíbrio em termos da gestão dos recursos naturais.

Para além dos aspectos referidos, a actuação Explore® adopta as seguintes medidas objectivas: a) cada grupo local explore e constituído em parceria entre a Sinergiae e pessoas locais; b) emprego de guias locais; c) promoção da compra directa ao produtor de produtos tradicionais; d) valorização do património local, sensibilizando os visitantes para a sua conservação e mostrando a sua influência neste processo através da adopção de algumas práticas responsáveis (social, ética e ambientalmente); e) gestão de um fundo de desenvolvimento local que recebe uma parte do preço pago por cada participante e que se destina a aplicação directa em acções de melhoramento local ou de conservação; f) adopção de técnicas de interpretação para com os visitantes de forma a obter melhores resultados de: Educação Ambiental; satisfação dos visitantes; valorização do espaço e motivação dos visitantes para contribuírem de forma directa e indirecta para a conservação.

Após a experiência de criação de grupos locais Explore® em Coimbra, Serra da Lousã e Figueira da Foz, em Portugal, torna-se interessante alargar esta experiência a outras regiões e países, constituindo uma rede de oferta de produtos de Ecoturismo, mas também de disseminação do conhecimento, de promoção do envolvimento das populações locais na gestão do turismo e na troca e promoção de acções de sensibilização e melhoria social e ambiental.

ECOPISTAS - MOBILIDADE E TURISMO. NOVAS PERSPECTIVAS PARA A (RE)UTILIZAÇÃO DOS CORREDORES E PATRIMÓNIO FERROVIÁRIO DESACTIVADO. O CASO DA ECOPISTA DE SEVER DO VOUGA

COM 06 - António Guedes, Câmara Municipal de Sever do Vouga; aguedes@cm-sever.pt

Palavras-Chave: Ecopista, Mobilidade para todos, Eco-Turismo, Educação para a sustentabilidade.

Em Sever do Vouga a ex-linha Ferroviária do Vouga (Sernada do Vouga – S. Pedro do Sul) cumpriu a sua função entre 1916 e 1972, tendo depois desta data ficado desactivada.

Este património de grande valor histórico e cultural, estava ameaçado de cair no esquecimento e abandono, apesar de oferecer um grande potencial para o desenvolvimento de iniciativas de (re)utilização como ecopista/ciclovias, associada aos novos produtos do Ecoturismo - Turismo de Natureza / Paisagístico, “Turing” Cultural e o Turismo Activo.

A adaptação de antigas linhas ferroviárias a ecopista/ciclovias (circulação restrita a pedestres e veículos não motorizados) é um processo que se vulgarizou nos países ocidentais e que nos últimos anos alargou-se a Portugal. Se no território luso assumem o nome de ecopista/ciclovias ou ecopista, pela Europa fora tomam o nome de Vias Verdes (Greenway na Inglaterra, Voie Verte na França).

A característica de uma Ecopista deve respeitar alguns dos critérios aceites por todos os participantes, de forma a facilitar o seu acesso e a sua utilização pelo maior número possível de utentes, nomeadamente:

- Declives inferiores a 3%.
- Interdição a veículos motorizados.
- Independência em relação a outras vias de circulação.
- Reduzido número de cruzamentos com outras estradas.
- Continuidade do uso público da via.

O sector do Turismo encontra-se ainda pouco desenvolvido na Região Centro, face ao potencial paisagístico e patrimonial existente, representando o “alojamento e restauração” apenas 12.56% do VAB (Valor Acrescentado Bruto) gerado por este sector a nível nacional (dados do QREN, PO Regional Centro pag.29).

O concelho de Sever do Vouga, pertencente ao distrito de Aveiro – Região de Turismo Rota da Luz, tem potencialidades ao nível do património natural/ paisagístico, histórico/arqueológico, associadas à qualidade ambiental e ao património etnográfico e cultural – de uma identidade própria, que marca a diferença e estimula a deslocação.

As Ecopistas associadas aos produtos do Ecoturismo – Turismo de Natureza / Paisagístico, Turing Cultural e o Turismo Activo, constituem um modelo de desenvolvimento alternativo e sustentável, ideal para promover na sociedade actual uma cultura nova de educação ambiental, de ócio, de desporto ao ar livre e de hábitos de exercício saudáveis com a mobilidade não motorizada.

O relevo do concelho de Sever do Vouga é bastante acidentado, contrastando com o exímio traçado da ex-linha ferroviária com pendentes suaves não superiores a 3% e curvas acompanhando o corredor verde do Rio Vouga no troço entre a Foz do Rio Mau e a Barragem da Grela – Zona classificada da Rede Natura 2000 – Sítio Rio Vouga. O cumprimento do troço da 1ª fase é de 6.179m, a 2ª fase com cerca de 4.205m, e a 3ª fase com cerca de 9.348m.

Estamos convictos que se agregarmos políticas, vontades, interesses em conjunto, podemos criar um novo produto Ecopista / Turismo Activo que contribuirá para promover na sociedade actual uma cultura nova de educação ambiental, assim como o desenvolvimento sustentável do turismo na região, melhorando e diversificando a sua oferta.

A PROCURA DE TURISMO SUSTENTÁVEL - UMA ANÁLISE DA LITERATURA, PARTINDO DO CONCEITO DE “COMÉRCIO JUSTO”

COM 07 - Gabriela Moreira Pereira, Universidade de Évora; gabrielamp@uevora.pt

Palavras-Chave: Turismo Sustentável; Consumo Justo; Turista Responsável

Boa parte da investigação sobre turismo sustentável centra-se na análise do desenvolvimento de iniciativas, assim como do seu impacto local. Utilizando a linguagem económica, é usualmente analisada a oferta de turismo sustentável.

No entanto, a viabilidade destes projectos depende certamente da sua aceitação junto dos potenciais consumidores, dos turistas ou, de novo em termos económicos, da procura de turismo sustentável. Por esta razão, identificar as características e motivações de um potencial “consumidor” de turismo sustentável deveria justificar a atenção dos investigadores.

Neste trabalho pretendemos avançar nesse sentido, recolhendo na bibliografia existente informação que permita conhecer com maior profundidade a procura de turismo sustentável.

Ainda que o objectivo seja realizar uma análise transversal em termos científicos, privilegiar-se-ão os trabalhos de investigação realizados na área da Economia. Neste sentido, irá partir-se do conhecimento teórico já produzido sobre procura de produtos identificados como “consumo justo”, estabelecendo pontos em comum e, simultaneamente, aspectos em que a teoria existente

poderá não se aplicar à procura de “turismo sustentável”. Um exemplo é o facto de muitos consumidores de turismo sustentável procurarem outras características que não o respeito por valores, como melhor qualidade associada a maior autenticidade. Daí que alguns defendam que o turismo sustentável é uma oportunidade para criar vantagens competitivas.

Analisando a procura de bens de “consumo justo” podemos já identificar algumas características cuja discussão terá interesse para o turismo sustentável.

Genericamente encontra-se uma crescente procura por parte dos consumidores de responsabilidade e ética nos negócios, defendendo-se, inclusivamente, que estão dispostos a pagar um preço superior para adquirirem bens que incorporem estes valores. Os grupos socioprofissionais que mais parecem estar atentos a estas questões são os estudantes e os reformados. Um elevado grau de instrução está associado à procura de produtos de “consumo justo” e a ligação a associações ou ONL’s tem uma influência importante na decisão pelo consumo destes produtos.

Igualmente merecedora de reflexão é a conclusão de que os consumidores entendem ser importante a existência certificação concedida por rótulos internacionais comuns.

Resumindo, propomo-nos reunir conclusões já obtidas na investigação sobre procura de turismo sustentável e, por se encontrar num estágio de desenvolvimento superior, apresentar e discutir a adaptação das conclusões sobre “comércio justo” à procura de “turismo sustentável”.

Conhecendo o “turista responsável” será possível desenvolver estratégias de divulgação que vão ao encontro das características e motivações deste turista, potenciando a viabilidade destas iniciativas.

TURISMO, CULTURAS TRADICIONAIS E IDENTIDADES EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

P 02 - Nuno Alarcão, CEA/ISCTE; nunoalarcao@yahoo.com

Palavras-Chave: Turismo; Cultura; Tradição; Identidade

São Tomé e Príncipe (STP) surge como um país dotado de características únicas, tendo em conta a diversidade, resultante de processos históricos de mestiçagem sociodemográfica, que lhe conferem traços de mosaico cultural. A miscigenação sociocultural, que a História de STP retrata, pode ser entendida como um primeiro passo no sentido da construção de novas identidades.

Das diferenciadas origens populacionais resultam grupos sociais com características particulares, a saber: os Angolares, descendentes dos escravos de Angola; os Forros ou Mestiços, descendentes dos escravos libertados e os

primeiros homens livres, os Tongas, descendentes de trabalhadores das roças e oriundos de Angola, Moçambique e Cabo Verde; os Moncóis, radicados no Príncipe; e os Europeus descendentes, entre outros, de portugueses.

Dado que se estima que, em 2008, STP tenha uma população total não superior a 160.000 habitantes (<http://www.ine.st>), a diversidade sociodemográfica evidencia a existência de uma multiplicidade de elementos socioculturais que, uma vez conjugados, traduzem uma miscigenação cultural de grande relevância para a procura turística internacional.

Internamente, estes elementos culturais de origens múltiplas foram sendo assimilados e integrados na cultura nacional através de processos de enculturação e de aculturação, criando identidades que se fundamentam em representações e manifestações culturais, práticas sociais e sistemas simbólicos próprios. São exemplos: as línguas locais; a música e as danças, como o “Socopé” ou a “Puíta”; as representações teatrais, como o “Tchiloli”, o “Auto de Floripes” ou o “Danço-Congo”; a gastronomia crioula, como o “Calulu”, a “Cachupa” ou o “Molho no Fogo”; as festas religiosas e os rituais festivos como o “Djambi”, mas também a arquitectura mista, que intercala traços caracteristicamente coloniais com construção tradicional.

Apesar da cultura santomense aparentar um carácter mestiço e híbrido, resultado da mistura de elementos de origens geográficas distintas, é possível identificar traços caracterizadores dos diferentes grupos comunitários, já que se traduzem em símbolos e práticas culturais que lhes conferem identidade. Contudo, para o visitante estrangeiro nem sempre se torna perceptível a identificação dos elementos culturais específicos.

As manifestações culturais tradicionais de STP, em que também se destaca o artesanato e as artes plásticas, revestem interesse turístico já que são entendidas pelo visitante como elementos marcados pela autenticidade, porque genuínos, e instrumentos de aproximação entre modos de vida diferenciados. Por um lado, são a garantia da preservação da identidade das comunidades locais; por outro lado, consistem num factor motivacional da procura turística que não deverá ser esquecido.

DA ECONOMIA SOLIDÁRIA AO TURISMO SOLIDÁRIO: PARA UMA CONCEPTUALIZAÇÃO E PRÁTICA REFLEXIVAS

P 03 - Joana Marques, Centro de Estudos Africanos; joana.marques@iscte.pt

Palavras-Chave: Economia Solidária, Turismo Solidário, Desenvolvimento Comunitário

No âmbito do projecto “O Impacto do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares” e da dissertação de Mestrado

em Economia Social e Solidária, pretende-se dar a conhecer as principais reflexões teóricas sobre a temática do Turismo Solidário, sistematizando os fundamentos, formas e meios de viabilização de um turismo baseado nos princípios da Economia Solidária, em relação com os novos conceitos de Desenvolvimento.

Constata-se que o turismo tem vindo a assumir um crescente destaque nos arquipélagos de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, acompanhando um movimento mais lato que vê na actividade turística um trampolim para o desenvolvimento.

Importa discutir as contradições dessa actividade que, mesmo gerando rendimentos e diversificando as oportunidades de trabalho, faz emergir uma série de problemas sociais e ambientais, como a degradação das praias, a especulação imobiliária, a poluição, a descaracterização cultural, a exploração sexual, entre outros.

Importa também analisar as alternativas ao modelo dominante. Existem inúmeras experiências bem sucedidas de actividades turísticas com características solidárias, voltadas para o Desenvolvimento Comunitário, que evidenciam as amplas possibilidades de inclusão social trazidas pelo turismo. Tais experiências permitem-nos então afirmar que, mediante certas condições, o turismo pode dinamizar inúmeras práticas de comunicação e inclusão de diferentes comunidades, contribuindo para o combate à pobreza e para o desenvolvimento dessas comunidades locais.

Assim, o ponto de partida do poster a apresentar são as actividades de turismo no âmbito da Economia Solidária, por alguns autores designadas de Turismo Solidário, por outros de Turismo Responsável, Turismo de Inclusão, Turismo Sustentável, entre outras designações. Perante a actual confusão terminológica, apresenta-se, a partir dos referenciais teóricos da Economia Solidária, um novo conceito de Turismo Solidário, mais abrangente e mais sustentado empírica e teoricamente.

MEDICINA TRADICIONAL VERSUS MINDJAN MATO VERSUS CURANDEIROS

P 04 - Isabel Rodrigues, Museu de Etnologia do Porto; isa.frodrigues@gmail.com

Palavras-Chave: Museu, Identidade, Comunidade, Património

O museu é um instrumento fundamental para a preservação da memória colectiva. O museu não é só o património mas também um factor de desenvolvimento. Deve orientar-se, não apenas para o património material, ligado aos objectos, mas também para o "património humano", formado por indivíduos detentores da memória do saber-fazer, das técnicas e conhecimentos que

fazem parte do capital cultural da comunidade (Hugues de Varine). O que nos remete para a definição de património etnológico: modos específicos da existência material e da organização social bem como todos os aspectos imateriais da cultura, como os saberes, as representações do mundo, os ritos e as representações.

Descobrir o mágico do objecto. Descobrir o mágico da comunidade. Importa a interpretação temática da região e da comunidade.

É necessário, pois, construir "pontes" de diálogo, com a comunidade em geral, jovens e anciãos, com a Escola para a realização de pesquisas, para a sensibilização, a educação patrimonial e ambiental. A educação cívica é pois essencial à fruição do património. As exposições itinerantes e temáticas são um instrumento para o estudo da história local e um recurso para o museu e para as escolas.

Medicina tradicional-mindjan mato-curandeiros (Notas etnográficas)

"...Apesar da nostalgia deste passado predominam em S. Tomé as valorações da natureza. Na população local há uma banalização dos conhecimentos sobre as propriedades terapêuticas das espécies botânicas.

Os materiais botânicos podem ser colhidos nos lugares mais familiares e acessíveis: no quintal, na beira da estrada... Porém, esta sabedoria é objecto de uma especialização no caso dos curandeiros, que conhecem a composição de chás e de banhos mais poderosos. E sobretudo da sua dosagem correcta.

Quem vai a um curandeiro pode dizer que vai ver mato, que anda no mato, que vai ao mato.

Os remédios do mato, os "milongos" funcionam como um campo discursivo para negar a doença e a morte. É, pois, no mato, que os são tomenses buscam as soluções para vários dos seus males e angústias, em particular aquelas que escapam ao circuito corporal das doenças de hospital ou doenças naturais.

A sobrevivência é explicada como um quase malabarismo ou sortilégio, é justificada na base dos recursos de uma natureza pródiga: em termos da alimentação alguns frutos exóticos abundantes, como a jaca, que iludem a fome; e os "remédios do mato"- os mindjan mato que iludem a doença e a morte. Em termos discursivos, eles são de uma eficácia heróica. Podem triunfar por exemplo face ao paludismo onde os remédios ocidentais fracassam regularmente. Em larga medida, este êxito mais discursivo que pragmático, um quase Wishful Thinking resulta da confluência simbiótica entre uma natureza generosa, que pode ser decifrada e selectivamente explorada por alguns especialistas ou pelas potências espirituais que os controlam e corpos resistentes..."

(texto elaborado, com base na leitura da obra de Paulo Valverde "Máscara, Mato e Morte em S. Tomé")

S. Tomé, ilha da simpatia, da paisagem da natureza. Um reino maravilhoso! Que é isso de acreditar no feitiço? Propunha uma viagem, uma exposição sobre os saberes e práticas tradicionais, medicina tradicional, papel curativo das plantas, papel dos curandeiros que no campo da cura garantiram durante séculos a sobrevivência e o equilíbrio das comunidades em África. Perspectiva histórica, antropológica e etnobotânica. A importância desses saberes no contexto actual da sociedade.

O caminho das plantas medicinais: um percurso, um herbário, uma exposição.

A preservação, protecção da natureza e das espécies em extinção. (Com o desbravamento dos lugares desaparecem muitas plantas). A preservação, protecção e animação do património material e imaterial.

Realizar projectos comunitários com as forças vivas da região. Promover colóquios e grupos de trabalho. Desenvolver ateliers para jovens e alunos. Desenvolver workshops no domínio da animação comunitária, incluindo os levantamentos e a elaboração de roteiros turístico-culturais e brochuras sobre este tema, tendo em vista o desenvolvimento da região. A realização de maletas pedagógicas, como forma de levar o museu à comunidade. São meios de intercâmbio necessário para as escolas de zonas periféricas ou zonas rurais distantes da cidade, fazendo a ligação entre as zonas de interior e litoral, zonas rurais e zonas urbanas. Integrar estas iniciativas no Dia do Ambiente, Dia da Árvore, Dia da Independência de S. Tomé, etc...

Este tema – Medicina Tradicional versus Mindjan Mato versus Curandeiros – é considerado como um dos vectores cruciais da tradição de S. Tomé, da sua identidade cultural, para a qual a biomedicina e a religião são traços fundamentais. Os curandeiros, elevam-se assim acima da democracia terapêutica que surpreende a ilha de S. Tomé.

Podendo ser objecto de uma exposição e objecto de discussão acesa na comunidade, bem como ponte com o passado e com o património que o identifica. O triângulo Museu-Escola-Comunidade é fundamental para o sucesso desta iniciativa.

A cultura traz consigo uma relação afectiva, um valor da solidariedade e da paz. Solidariedade sobre a vertente do desenvolvimento e da diversidade. Cultura é diversidade, assim se compreende melhor.

Numa África sem fronteiras - África de regiões - cada vez se acentua mais a necessidade do museu, da Escola, da comunidade como instrumentos de protecção e valorização dos valores culturais e patrimoniais e da defesa da identidade e individualidade deste país.

“Regarder l’extérieur, la fenêtre pour le monde” (Hugues de Varine)

Agradecimentos

Dedico esta participação à memória do meu pai, com ele aprendi o feitiço da ilha de S. Tomé, de África. Dedico-a também à memória de Paulo Valverde Cabral, antropólogo que faleceu aos 37 anos, em consequência da malária contraída em S. Tomé e Príncipe, onde realizava a sua tese de doutoramento e para quem S. Tomé se tornou um projecto de vida. Dedico-a também a todos os filhos da terra, aos forros espalhados pelo mundo, a todos os que têm S. Tomé no coração e no pensamento... Dedico-a também à blogger e ao blog "africadetodossonhos.blogspot.com" por me manter mais perto de S. Tomé. Bem hajam.

CONTRIBUTO DO ECOTURISMO PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DE ZONAS HÚMIDAS: O CASO DAS ACTIVIDADES DO FIGUEIRA EXPLORE®

P05 - H. Carvalho, *Sinergiae*; **V. Carvalho**, *Escola Superior Agrária de Coimbra*; **I. Henriques**, *Câmara Municipal da Figueira da Foz*; **P. Morais**, *Escola Superior Agrária de Coimbra*, *pmorais@esac.pt*; **I. Nunes**, *Sinergiae*; **J. Palhas**, *Sinergiae*; **S. Pais**, *Câmara Municipal da Figueira da Foz*; **F. Seiça**, *Sinergiae*; **M. Silveira**, *Sinergiae*, *m.silveira@sinergiae.pt*

Palavras-Chave: Ecoturismo; Gestão Sustentável; Zona Húmida

O Ecoturismo, entendido como uma forma de Turismo Sustentável (ou Responsável), pode ter um papel fundamental na conservação de Zonas Húmidas. O presente trabalho aplica-se ao estuário do Mondego (sítio Ramsar, IBA), e resulta da actuação do grupo Figueira Explore® da empresa Sinergiae, Lda., em parceria com a Câmara Municipal da Figueira da Foz, na dinamização da Rota das Salinas numa perspectiva de Ecoturismo.

A rota das Salinas é uma actividade interpretativa que possibilita um maior usufruto dos espaços visitados e a compreensão da relação entre as actividades humanas e o ecossistema do estuário e a sua evolução ao longo dos tempos, contribuindo para o desenvolvimento local e para a conservação do património natural e cultural.

Partindo da premissa, defendida por diversos autores, que a manutenção da actividade das salinas tradicionais no estuário contribui largamente para a conservação do Património da área envolvente (cultura do sal, aves migradoras é particularmente importante toda a contribuição para a manutenção ou a recuperação da actividade salineira artesanal. De facto, esta área de salinas, que se insere numa zona húmida tão rica (natural e culturalmente) quanto sensível, apresenta sérios problemas de abandono e de pressão da sua conversão em tanques de piscicultura.

São aqui apresentados os resultados do trabalho desenvolvido na Rota das Salinas até ao momento, referindo quais os pressupostos base, as estratégias e actividades adoptadas de modo a se conseguirem impactes positivos na conservação do estuário, bem como na ligação do trabalho desenvolvido ao conceito de Ecoturismo. Fazem-se ainda algumas revelações sobre as apostas definidas para a continuação destas actividades num futuro próximo.

Este poster finaliza com a discussão sobre o papel destas actividades ecoturísticas no estuário do Mondego e o seu contributo efectivo quer para o desenvolvimento local, quer para a conservação do vasto património natural e cultural associado a esta zona húmida da Figueira da Foz.

CONTRIBUTO DO ECOTURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

P 06 - Yossene Santiago, Escola Superior Agrária de Coimbra; yosse_81@hotmail.com
Palavras-Chave: Ecoturismo, Roças, Revitalização

Este poster pretende apresentar uma análise de como o Ecoturismo pode contribuir para desenvolvimento no espaço rural em São Tomé e Príncipe, mais especificamente nas roças e nos espaços naturais envolventes. As ideias aqui apresentadas resultam de uma forte intersecção entre a formação em Ecoturismo da autora e o conhecimento da realidade enquanto natural de São Tomé. Para tal, são identificados os principais problemas que ocorrem nos contextos rurais e naturais deste contexto, nomeadamente nas roças.

De forma a apresentar uma estratégia de actuação em Ecoturismo são apresentadas as principais características dos conceitos de Ecoturismo, de Desenvolvimento Rural e o potencial da sua aplicação a este contexto. Aqui são feitas referências às diversas formas em que o Ecoturismo pode contribuir para o desenvolvimento rural, revitalizando as actividades económicas nas roças, promovendo a certificação dos produtos locais e conservando os espaços rurais e naturais que constituem o mais forte atractivo turístico de São Tomé.

O incremento de actividades de Ecoturismo poderá passar pela implementação de diversas actividades de animação e interpretação, como sejam a animação cultural, o desporto de natureza, a interpretação de espaços rurais e naturais das ilhas, a criação de percursos interpretativos pelas roças, a definição de trilhos e percursos pedestres, e a montagem e implementação de rotas temáticas (rota do cacau, rota do café, rota das orquídeas, rota dos picos).

Por último são apresentadas algumas questões fundamentais para um desenvolvimento ecoturístico, tais como a necessidade de aumentar os níveis de qualidade da oferta, e de se fazer uma promoção turística apropriada. É re-

ferenciada a necessidade de se criarem redes de cooperação, de se incentivar e apoiar as iniciativas locais para que, simultaneamente, possam contribuir para um desenvolvimento da actividade turística e também contribuir significativamente para manutenção do equilíbrio ambiental.

São ainda tecidas considerações sobre a adequação desta linha de actuação a uma manutenção de um equilíbrio económico, social e ambiental em São Tomé e Príncipe, fundamentais para um futuro mais sustentável nestas sensíveis ilhas do Atlântico.

TURISMO E PATRIMÓNIO CULTURAL, PLANEAMENTO E PRESERVAÇÃO

P 07 - Mutema Cravid, Universidade Lusófona; kravid83@hotmail.com

Palavras-Chave: Turismo; Identidade e Memória; Património Cultural.

Este trabalho tem como objectivo evidenciar as relações que podem ser estabelecidas entre Turismo, Património Cultural, Planeamento e Preservação. Destacar a importância do planeamento turístico e da construção de roteiros temáticos para a melhor utilização do património de uma localidade foram os objectivos estipulados para a pesquisa realizada.

A delimitação desse estudo foi orientada a partir da percepção de que a conservação do património cultural se apresenta como essencial para os sujeitos históricos locais na medida em que possibilita o reencontro com as raízes das suas comunidades e a reafirmação das suas identidades, bem como, e não menos importante, transforma-se em potencial atractivo cultural no planeamento turístico local.

O Turismo é uma das actividades capazes de auxiliar na obtenção de resultados relevantes no que cerne à preservação da memória e identidade ao apresentar para turistas e/ou visitantes a essência e os significados do património local. Acredita-se que através de um contacto estreito com a cultura de um povo com a qual identificamos valores comuns podemos contribuir para a preservação da história local garantindo os elos de geração e situarão os sujeitos como co- participantes do processo de conhecimento e preservação oferecendo-lhes a oportunidade de se transformarem em turistas – cidadãos.

O grupo envolvido na pesquisa procurou averiguar a possibilidade de aproveitamento do património cultural em São Tomé e Príncipe, a elaboração de roteiros turísticos temáticos, a fim de incrementar a actividade turística no arquipélago.

Neste sentido, o caminho percorrido durante a realização desta pesquisa foi estabelecido a partir de três eixos: 1º reflexão sobre a História de São Tomé, a constituição da sua identidade e as relações entre o Património Cultural e o

Turismo, 2º diz respeito ao património arquitectónico e ao traçado urbanístico, o 3º e último eixo relaciona-se com a organização do Turismo na cidade e o lugar ocupado pelo património cultural.

É de frisar que foram construídos canais de diálogo e reflexão entre os eixos durante toda a pesquisa e que foram estabelecidas várias acções para se cumprir o referido estudo, são elas: recolha documental e um questionário que será aplicado junto uma amostra constituída por alunos Universitários, licenciados e membros da Associação da Comunidade de São Tomé e Príncipe - ACOSP em Portugal.

AVALIAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM PLANTAÇÕES DE SOMBRA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE CONTRIBUTO PARA A VALORIZAÇÃO DE UM SISTEMA AGRO-FLORESTAL SUSTENTÁVEL

P 08 - Ricardo Rocha, Imperial College London, jrr07@imperial.ac.uk e R. Lima

Palavras-Chave: Cacao, Café, Plantações de Sombra, Biodiversidade.

O aumento acentuado na perda de biodiversidade é actualmente apontada como um dos mais graves problemas ambientais causados pelo Homem. Nos últimos anos os esforços para travar esta perda de biodiversidade têm-se centrado em pequenas áreas do globo que concentram grandes percentagens dessa diversidade (hotspots). Em algumas destas regiões as plantações de sombra, nomeadamente de cacao e café têm vindo a ser reconhecidas como formas de utilização do solo compatíveis com a conservação da natureza, de particular importância para a avifauna.

Consequência do elevado número de espécies e sub-espécies endémicas São Tomé e Príncipe é considerado uma das áreas mais importantes para a conservação de aves em África e como tal as plantações de sombra destas ilhas assumem especial relevância conservacionista em termos internacionais.

Além de benéfica para a biodiversidade a subsistência das plantações de sombra pode ainda garantir a manutenção de uma série de outros serviços de difícil valorização directa no mercado, mas que podem constituir uma vantagem competitiva a longo prazo, tais como a protecção contra pragas e doenças, a estabilidade microclimática e a preservação da fertilidade do solo.

A persistência destes sistemas agro-florestais encontra-se, no entanto, ameaçada pela substituição e competição com sistemas de produção intensiva, de menor valor biológico. Para garantir a sobrevivência das plantações de sombra, em especial durante os ciclos económicos desfavoráveis, existem uma série de formas de valorização económica, nomeadamente a exploração de

usos secundários (produção e recolção de produtos alimentares, medicinais, florestais; turismo ecológico e cultural; sequestro de carbono), a certificação das boas práticas sociais e ambientais e o investimento na transformação do produto antes da exportação.

Localizada num hotspot de biodiversidade (Florestas da África Ocidental) e apresentando uma grande dependência económica da produção derivada de plantações de sombra (em especial do cacau), o futuro de São Tomé e Príncipe depende claramente de uma boa gestão deste tipo de sistema agro-florestal e neste contexto a avaliação do papel das plantações de sombra na manutenção da biodiversidade das ilhas é um contributo fulcral para a tomada de decisões benéficas a longo prazo e um passo essencial no processo de certificação ambiental.

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DO ECOTURISMO EM CABO VERDE

P 09 - Irene Nunes, Universidade de Coimbra/Institut d'Etudes Politiques de Bordeaux/Sinergiae; irenemarianunes@gmail.com

Palavras-Chave: Desenvolvimento Local Sustentável, Ecoturismo, Paz Positiva.

O poster a apresentar refere-se a um projecto a desenvolver em Cabo Verde pelo departamento de Ecoturismo da Sinergiae no âmbito de um trabalho final do mestrado Integrado em Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e do Instituto de Ciência Política (IEP) de Bordéus com especialidades em Estudos da Paz e da Segurança e Cooperação Internacional e Desenvolvimento, respectivamente.

Sendo o turismo um sector em crescimento e um aliciante meio de desenvolvimento para os países do Sul, mas que nem sempre permite um desenvolvimento local sustentável, merece atenção a tipologia de turismo que se desenvolve e a sua sustentabilidade.

O presente projecto pretende trabalhar um modelo de desenvolvimento local sustentável através do Ecoturismo como meio para alcançar uma Paz Positiva (Johan Galtung). O trabalho deverá ser desenvolvido tendo em consideração as especificidades do local e os princípios do Ecoturismo. O primeiro ano será de estudo e estruturação do projecto para implementação no terreno durante o ano seguinte.

Neste poster serão apresentados os principais argumentos e objectivos do trabalho, bem como o plano metodológico a adoptar.

ECOTURISMO NA FLORESTA NACIONAL DO IBURA COMO POTENCIAL FOMENTO DE SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

P 10 - Carlos Silva, Instituto Socioambiental Árvore, carlos@arvore.org.br;
J. Barreto, Instituto Socioambiental Árvore, joyce@arvore.org.br; **L. Gomes**,
Universidade Federal de Sergipe, laurabuturi@yahoo.com.br .

Palavras-Chave: Ecoturismo, Sustentabilidade, Sociedades Sustentáveis, Unidades de Conservação.

O contexto socioambiental das comunidades localizadas no entorno de áreas naturais protegidas muitas vezes causam conflitos, como por exemplo, a utilização de madeira para substituição do gás de cozinha. No município de Nossa Senhora do Socorro, existe uma área que detêm um riquíssimo patrimônio natural e cultural, a Floresta Nacional do Ibura, que desde a década de 30 foi um ícone de lazer, cultura e educação para os sergipanos. No seu entorno existem os povoados Estiva, Tabocas e Porto Grande. Esta pesquisa tem como objetivo demonstrar o potencial de transformação das comunidades locais da região da Floresta Nacional do Ibura em sociedades sustentáveis por meio do Ecoturismo. Neste estudo utilizamos a pesquisa qualitativa, com técnicas exploratória e descritiva, utilizando-se de entrevista dirigida e observação direta, além de pesquisa documental. Foi possível descrever as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças para implantação do ecoturismo no Ibura, além disto, percebeu-se o nível situacional das dimensões da sustentabilidade (ambiental, social, econômica, cultural, política e ética) na região. Concluiu-se que a implantação do ecoturismo de base comunitária pode elevar o nível de relacionamento das dimensões da sustentabilidade ao ponto de transformar as comunidades do entorno do Ibura em sociedades sustentáveis.

GRUPO DE TRABALHO 3

O PAPEL DA JUVENTUDE PARA AS SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

*Coordenação e dinamização: **Diosmar Filho**, SRH/Semarh-Brasil;
ptfilho@hotmail.com*

O desafio de outra sociedade num Mundo contemporâneo globalizado significa ver a ideologia cada vez mais a ser abrangente e não limitadora. Segundo o Doutor Milton Santos "As ideologias estão nas coisas, é outra grande marca do nosso tempo e que antes ela estava nas cabeças dos filósofos e dos ideólogos, hoje as coisas trazem uma ideologia".

Portanto, as coisas tem a haver com a sociedade consumista que criamos pautada na ideologia capitalista. Sendo uma barreira para uma vida sustentável, cuja maior evidência está na forma de organização social para o bem estar individual, e torna ásperas as pessoas quando se é apresentado outro modelo que pode ser contemplado o coletivo.

Havendo assim uma necessidade de fortalecer os movimentos que lutam com a base excluída de direitos, para que aspectos primordiais relacionados ao Desenvolvimento econômico e ao Meio Ambiente, tais como população, saúde, educação, democracia, fome, degradação da flora e fauna, sejam revisto frente à construção de sociedades marcadas pela divisão do capital para o capital.

Desta forma as juventudes do Brasil, Angola, Guiné Bissau, Portugal, Gali-za, Moçambique, São Tomé Príncipe e Cabo Verde, têm atuado na construção de redes para a integração e garantido espaço em decisões políticas, pautando a sustentabilidade pelo seu posicionamento político e ideológico.

No entanto, as responsabilidades para este segmento social aumentaram devido ocuparem no Mundo espaços representativo na luta dos negros, dos índios, dos movimentos sem teto, pelos direitos humanos, pela água, contra o racismo, o sexismo, a homofobia e a xenofobia sustentando uma posição de que o Mundo atual não contempla todos. Em todos esses espaços os jovens têm sinalizado que precisamos garantir o inicio de outra sociedade contemplando a vida, que reconheça o nosso poder de viver numa mesma sociedade garantindo segurança para o presente e construindo de maneira sustentável a vida para as futuras gerações.

Assim, conhecer e englobar a epistemologia nessa evolução é um princípio essencial, para a co-relação de metodologias que atinjam a sustentabilidade, e os laços de junção das praticas venham a ser perenes entre as bandeiras que lutam pela garantia dos direitos humano e ambiental.

EDUCAÇÃO POPULAR NO CAMPO: EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS

COM 01 - André Keppe, Engenheiro Florestal, andre.keppe@yahoo.com.br; **C. Martins**, Engenheira Agrônoma, csgmartins@gmail.com; **E. Rocha**, Pedagogo, erismar.rocha@ibama.gov.br; **I. Klug**, Engenheiro Agrônomo, israelklug@gmail.com

Palavras-Chave: Educação popular, Educação no campo, Cooperação Internacional

Os chamados países em desenvolvimento, que caracterizados pela importância econômica e socio-cultural das áreas rurais, possuem caminhos próprios a serem construídos rumo ao Desenvolvimento Sustentável, de um modo geral diferem da experiência europeia que conjugou o processo de imigração com um intenso processo de urbanização e industrialização no equilíbrio socioeconômico vigente.

Portanto, nestes países o meio rural é um ponto de tensão socio-cultural e política que se apresenta como elemento primordial rumo ao desenvolvimento sustentável. Diante dos caminhos de desenvolvimento experimentados pelos países que exibem melhor desempenho socioeconômico, se constitui o palco de políticas nacionais e internacionais homogenizantes e equivocadas que não consideram as necessidades próprias dos sujeitos, a diversidade e a realidade diferenciada do campo.

A Educação é um componente desta tensão, capaz de promover um processo libertador onde o sujeito se torna protagonista da sua história, compreendendo o espaço em que vive, as relações de poder e de emancipação possíveis. Essa emancipação só é possível se for construída pelos próprios educandos e educadores.

No Brasil o processo histórico da Educação se apresenta homogenizante. É a partir desta realidade que os movimentos populares do campo se articulam e conquistam espaço de diálogo, e muito recentemente (2002) conquistam um espaço nas políticas públicas, a partir das Diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo.

Atualmente, iniciativas destes movimentos e de políticas públicas formam um mosaico de experiências distintas, com êxitos e alguns pontos passíveis de revisão. Mas, inegavelmente, estas são frutos genuínos de sujeitos protagonistas da sua própria história, vislumbrando um processo libertador de emancipação social.

É para esta participação e protagonismo que se voltam as atenções e pressões nos processos de cooperação internacional, valorizando a intercâmbio cultural entre "os comuns", a re-edição de experiências populares, de políticas públicas e revisão dos processos equivocados e homogenizantes. Diante disto convidamos à reflexão sobre as experiências brasileira apresentadas à realidade de São Tomense.

SUSTENTABILIDADE: BOM SENSO OU SENSO COMUM?

COM 02 - Victor Reis, CEA/ISCTE, victor.reis@netcabo.pt

Palavras-Chave: Sustentabilidade Social; Sociedade Sustentável; Pequeno Estado Insular

O termo sustentabilidade começa a ter uma conotação do senso comum. Esta conotação é a de permanência. Em termos sociais tal permanência pode não ser de bom senso. Isto é assim, quando se vão reproduzindo os factores do atraso, da anomia social, da desagregação dos valores da coesão e da responsabilidade e se vão acentuando as desigualdades e alastrando a pobreza. Por isso, é importante que se abandone a dimensão redutora do senso comum para se procurar uma outra visão imposta pelo bom senso quando se aborda o conceito de sociedade sustentável. O bom senso leva-nos à necessidade de uma abordagem científica do conceito.

Num Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento várias questões são colocadas quando se fala de sociedade sustentável.

Primeira, a distinção entre sociedade sustentável e sustentabilidade social, procurando distinguir as características da sociedade que mantém a sua coesão e reprodução social, das condições para que tal aconteça. Num pequeno país insular, quais são os factores identitários, os valores as condições de reforço da coesão?

Segundo, quais são as condições económicas para a sustentabilidade social, ou seja, quais são as condições materiais para a sustentabilidade social numa economia de pequena dimensão?

Terceiro, em que medida, a emergência social das condições intangíveis para o desenvolvimento tais como, a educação, as instituições, os valores sociais, a cultura, faz brotar não só a base material da sustentabilidade como as condições de coesão social. Neste ponto será de sublinhar a importância das lideranças e da sua prática. Cabo Verde poderá ser apresentado como exemplo tanto no que concerne às instituições, ao capital social, à persistência e consolidação das políticas, às boas práticas de equilíbrio das contas públicas e externas, à solidariedade da comunidade em diáspora, ao investimento educacional, ao investimento ambiental e ao perfil dinâmico e proactivo dos actores e à sua visão transcultural da sustentabilidade autocentrada.

Finalmente, os jovens reúnem duas características que os tornam actores essenciais da mudança. Recebem, por um lado, as instituições e práticas sociais preexistentes; por outro, o seu compromisso com estas práticas é frágil o que os torna testemunhos críticos da mudança.

GRUPO DE TRABALHO 4

A ACÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA NO ESTUDO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS.

Coordenação e dinamização: Joaquim Pinto, CEA/ISCTE e NEREA, j.ramos.pinto@nerea-investiga.org e Pedro Teiga, Universidade do Porto, pteiga@gmail.com

1. Breve apresentação, pelos coordenadores, no âmbito da temática do GT.
2. Objectivos do que se pretende com o GT:
 - a. Identificar diferentes estratégias para a acção sócio-educativa no estudo dos impactes ambientais.
 - b. Definir potencialidades e limitações da acção sócio-educativa no estudo dos impactes ambientais.
 - c. Programar acções globais com exemplos concretos de intervenção local.
3. Metodologia de trabalho:
 - a. Apresentação dos participantes no grupo de trabalho através de dinâmica de grupo.
 - b. Apresentações previamente inscritas pelos participantes.
 - c. Técnicas de participação, tendo como base 4 sub-temas.
 - Biodiversidade (perdas de biodiversidade, OMG).
 - Água (Mar, Rios...).
 - Atmosfera (alterações climáticas, eventos extremos....)
 - Solos (perdas de solo arável, gestão do território)
4. Avaliação do GT:
 - a. Registo de ficha de avaliação
 - b. Contributos para acções futuras a partir dos resultados gerais do GT4.
5. Resultados:
 - a. Uma breve apresentação com as principais conclusões dos resultados do grupo de trabalho GT4
 - b. Acções / Projectos futuros

AGENDA21 ESCOLAR: UM PROJECTO EDUCATIVO. DA RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL AO COMPROMISSO COLECTIVO

COM 01 - Joaquim Pinto, CEA / NEREA Investiga, j.ramos.pinto@nerea-investiga.org

Palavras-Chave: Agenda 21 Escolar; Sustentabilidade Local; Participação Social; Educação Ambiental.

A comunidade educativa constitui um modelo simplificado de sociedade sendo um lugar privilegiado para promover e experimentar estratégias que tenham, em si mesmas, um extraordinário valor educativo de acordo com os princípios e objectivos da Educação Ambiental. Assim, o processo de elaboração e implementação da Agenda21 Escolar (A21E) convida à criação de espaços de comunicação e vivência democrática onde se potencie a cidadania, o respeito pela diversidade e pelas minorias, se discutam alternativas e se tomem decisões sobre compromissos e acções que actuem a favor de sociedades sustentáveis.

A Agenda21 Escolar deve constituir um marco de referência no percurso educativo e, a partir de um projecto educativo colectivo assente em processos participativos, contribuir para novas formas de ensino / aprendizagem de acordo com ideais de solidariedade, equidade social e preservação dos sistemas naturais. Neste contexto a A21E deve traduzir-se em acções que actuem em, pelo menos, três dimensões: na gestão sustentável dos recursos da escola e comunidade educativa; na reorganização dos projectos educativo e curricular ao nível dos conteúdos, dos estilos de práticas educativas, do contexto onde se aprende a aprender; na participação comunitária através do fórum de participação escolar.

A Agenda21, aprovada na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (3 a 14 de Junho de 1992), onde estiveram representados 176 países e presentes 102 chefes de Estado e Governo reconhece o papel das comunidades locais, da educação e das escolas, e atribui aos países a obrigação de desenvolverem políticas e medidas de apoio a iniciativas viradas para a formação da juventude e para a acção das e nas escolas inseridas nas suas comunidades, indo ao encontro dos novos desafios sócio-ambientais do séc. XXI.

A partir do Seminário Internacional Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário pretende-se criar condições para que se venham a concretizar projectos de cooperação através de uma rede de escolas ou centros educativos e que assentem nos princípios e objectivos da Educação Ambiental.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, UM CONTRIBUTO PARA A CIDADANIA: CASO LITORAL/NORTE DE PORTUGAL

COM 02 - Pedro Teiga, Universidade do Porto, *pteiga@fe.up.pt*; **M. Moreno**, Gestora de Projectos, *marcia.moreno@gmail.com*; **F. Veloso-Gomes**, Universidade do Porto, *vgomes@fe.up.pt*

Palavras-Chave: Educação Ambiental, Recursos Hídricos, Reabilitação, Rios.

Desde as primeiras civilizações, o ser humano, por razões económicas, culturais e de lazer, esteve ligado aos recursos hídricos, vivendo uma relação que sustentava uma natureza mais poderosa do que os Homens. Com a evolução da civilização humana, esta posição mudou. O desenvolvimento das sociedades actuais tem conduzido a uma degradação generalizada do meio ambiente e a uma utilização irracional dos recursos naturais.

Actualmente, os rios e as ribeiras em Portugal apresentam vários problemas, nomeadamente ao nível de usos comuns e da afluência de oportunidades de exploração de recursos que ocorrem ao longo da sua bacia hidrográfica. Muitos destes problemas resultam da falta de conhecimento e participação pública, quer ao nível da população em geral quer ao nível do poder decisor.

É objectivo geral deste estudo avaliar o contributo da educação ambiental, em meio escolar, no sentido da sustentabilidade local, da educação para a cidadania e nos processos de reabilitação de rios e ribeiras. Pretende-se igualmente apresentar os resultados de algumas actividades desenvolvidas com as comunidades escolares e locais e as principais medidas utilizadas para a sua concretização.

O âmbito geográfico desta análise engloba estabelecimentos de educação e ensino dos municípios de Matosinhos, Ovar, Paredes, Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia.

Neste estudo foram aplicados questionários para avaliar o envolvimento, a sensibilidade e os comportamentos ambientais da população escolar, em particular ao nível dos recursos hídricos.

Esta investigação enquadra-se na procura de uma metodologia geral de reabilitação de rios e ribeiras em zonas edificadas. A reabilitação de rios e ribeiras tem como principal objectivo a reposição sustentada e integrada da situação de boa qualidade ambiental que já existiu nesse local, de acordo com os valores culturais vigentes, seguindo os princípios e técnicas de reabilitação, com recurso a medidas não estruturais e estruturais quando necessário (Teiga, 2003).

Desta forma, promove-se uma educação ambiental que concretize uma formação de novas mentalidades indutoras de comportamentos que visam o desenvolvimento sustentável. Todos os intervenientes poderão assumir papéis

activos na preservação e reabilitação das linhas de água e na implementação da Directiva Quadro da Água, contribuindo directamente para a qualidade de vida das populações e da sua região.

CAÇA, COMUNIDADES RURAIS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

COM 03 - Mariana Carvalho, Instituto Superior de Agronomia de Lisboa; mbcarvalho@isa.utl.pt

Palavras-Chave: Caça, Comunidades Rurais, Conservação da Biodiversidade, Áreas Protegidas

A caça e captura da fauna florestal constituem uma parte importante da vivência das comunidades locais de zonas tropicais, para alimentação dos caçadores e familiares ou para comercialização dos animais capturados.

Na ilha de São Tomé existem cerca de 45 comunidades rurais que vivem na zona tampão ou na periferia da área protegida do Parque do Ôbo, maioritariamente em situação de pobreza e relativo isolamento, e que estão de alguma forma dependentes dos recursos animais florestais.

O estudo apresentado reflecte uma primeira abordagem à importância económica e nutricional da carne de caça para uma comunidade da periferia do Parque do Ôbo e as suas implicações na conservação da fauna. Foram realizadas entrevistas aos alojamentos familiares sobre os padrões de alimentação e de consumo de carne, e relacionados com as preferências e o estatuto socioeconómico das famílias entrevistadas.

Por outro lado, foram identificados e entrevistados os caçadores da mesma comunidade, de forma a compreender a importância da actividade para a subsistência familiar e analisar a existência de ocupações alternativas. Descreveram-se o perfil dos caçadores, as técnicas de caça utilizadas e a fauna caçada durante o período de estudo. Os animais que são mais fortemente visados são os Macacos Mona (*Cercopithecus mona*) e os Porcos do Mato (*Sus domesticus*), pela quantidade de carne que possuem e pelo seu valor no mercado, localmente e nos principais centros urbanos. Estes mamíferos foram introduzidos nas ilhas aquando da colonização pelos Portugueses, e não têm particular valor de conservação, mas foi sugerido que algumas populações estejam a regredir.

Por outro lado, é comum e disseminada a caça de aves, e em particular de Columbídeos (pombos e rolas), animais endémicos e com estatuto internacional de ameaça, o que constitui um problema de conservação global.

Os resultados obtidos são discutidos no âmbito da segurança alimentar da comunidade estudada, da acessibilidade e preferência dos diferentes tipos de carne e do valor nutritivo e económico da fauna silvestre para a comunidade.

Por outro lado, é discutido o impacto da caça nas populações animais e em particular sobre as espécies endémicas, no âmbito da gestão das áreas protegidas e do desenvolvimento das comunidades rurais.

CONTRIBUTO CIENTÍFICO PARA A AVALIAÇÃO DA ESTABILIDADE DOS MOLHES DA BARRA DO PORTO DE AVEIRO

COM 04 – *Virginia Martins*, Universidade de Aveiro, virginia.martins@ua.pt, *J. Dias*, Universidade de Aveiro; *S. Rodrigues*, Universidade de Aveiro; *P. Miranda*, Universidade de Aveiro, *C. Grangeia*, Universidade de Aveiro; *I. Abrantes*, Instituto Superior Politécnico de Viseu; *E. Silva*, Universidade de Aveiro; *F. Rocha*, Universidade de Aveiro

Palavras-Chave: Gestão Costeira, Dinâmica do Litoral, Conhecimento Científico dos Processos Costeiros

A Ria de Aveiro é um sistema de formação recente, tendo adquirido a sua configuração actual a partir do século X. O intenso transporte de sedimentos deu origem ao desenvolvimento de duas flechas arenosas que se uniram e dificultaram em determinados períodos, a partir de finais do século XVI, a ligação da laguna com o mar. A barra assoreou completa ou quase completamente por diversas vezes, tendo sido necessário criar embocaduras artificiais. Sempre que a barra fechava, originavam-se cheias, gerando-se um clima de insalubridade, devido à estagnação das águas. A barra apresentava também uma tendência para migrar para sul. Aveiro atingiu o apogeu económico quando a barra se localizou frente à cidade e entrou em declínio progressivo à medida que esta foi migrando para Sul e o percurso lagunar, desde a cidade até ao mar, se tornou mais longo e mais difícil.

Verifica-se pois que Aveiro sempre esteve profundamente dependente do estado e da localização da barra. Por isso, a abertura artificial da barra, no séc. XIX, foi a ressurreição de uma morte que parecia quase certa. Foi contudo necessário reformular e ampliar várias vezes o projecto inicial. A barra acabou por ser estabilizada, em meados do séc. XX, com molhes longos, protuberantes para o mar, que interromperam a deriva litoral evitando que as areias nela envolvidas continuassem a assorear a embocadura. A barlarar do molhe norte passou a ocorrer uma grande acumulação de areias e na zona sotamar, uma intensa erosão costeira. Esta foi geradora de recuos acentuados da linha da costa, tendo colocado edificações em perigo e conduzido à necessidade de implantação de obras pesadas de protecção costeira, os esporões e enrocamentos presentes em todo o sector.

A manutenção dos canais de navegação que servem o Porto de Aveiro, localizado dentro da laguna, tirando partido do abrigo natural que esta proporciona, tem requerido dragagens regulares, que geram alterações na morfologia do fundo e determinam a ocorrência de velocidades muito superiores às naturais, originando rápidas variações espaciais da capacidade de transporte e sedimentos.

Preocupados com a possível degradação das estruturas que mantêm aberta a embocadura da Ria de Aveiro, o que teria implicações fortemente negativas para a região, e conscientes da importância de apoiar a sociedade civil, um grupo de investigadores tem vindo a desenvolver o projecto EMERA – "Estudo da morfodinâmica da embocadura da Ria de Aveiro", financiado pela FCT. Com este projecto pretende-se, através do desenvolvimento e aplicação de um modelo morfodinâmico, contribuir para a gestão adequada da embocadura da Ria de Aveiro e para a avaliação da estabilidade dos molhes que a sustentam.

A caracterização dos sedimentos de fundo (granulometria, geoquímica e microfauna) é uma das componentes deste estudo. Análises composicionais de 156 amostras de sedimentos, recolhidas em 2006 e 2007, permitiram a identificação de uma zona no Canal da Barra caracterizada por um forte carácter erosivo e pela mobilidade significativa dos sedimentos de fundo, cuja origem se deve às condições altamente energéticas das correntes de maré. Estas condições poderão vir a afectar parte da estrutura do Molhe Norte, cuja evolução deverá ser vigiada a fim de serem evitados danos futuros.

O PROJECTO RIOS E A MELHORIA DE RIOS E RIBEIRAS

COM 05 - Pedro Teiga, *Universidade do Porto*, pteiga@fe.up.pt e **F. Veloso-Gomes**, *Universidade do Porto*, vgomes@fe.up.pt

Palavras-Chave: Rios, Reabilitação, Recursos Hídricos, Participação Pública.

O desenvolvimento do Homem está, desde as primeiras civilizações, ligado aos recursos hídricos pela sua importância nível económico, cultural e de lazer.

Os rios e as ribeiras apresentam vários problemas nomeadamente a o nível de usos comuns e da afluência de oportunidades de exploração de recursos se proporcionam ao longo sua bacia hidrográfica. Muitos problemas, decorrem de uma falta de conhecimento e participação pública quer ao nível da população em geral quer especificamente dos interventores e decisores.

Os principais problemas ambientais de degradação dos rios e ribeiras encontram-se nas zonas envolventes das áreas edificadas. As descargas de águas residuais domésticas e industriais, deposição de entulhos, construções desmedidas

no leito de cheia, destruição da vegetação ribeirinha, a regularização e a canalização de troços são alguns dos problemas mais frequentes com consequências negativas ao nível do ecossistema ribeirinho (Teiga, 2003).

O Projecto Rios foi lançado pela "Asociación Habitats para Projecte RIUS Catalunya" em (1997) e está a ser implementado em Portugal desde 2006, visando a adopção e monitorização de um troço de rio, de modo a promover a sensibilização da sociedade civil para os problemas e para a necessidade de protecção dos rios. Em Portugal, o Projecto Rios é promovido pela Associação de Professores de Geografia (APG), a Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), a Liga para a Protecção da Natureza (LPN) e a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP).

O Projecto Rios tem como principal objectivo concretizar um plano de adopção de um troço de um rio ou de uma linha de água. Para auxiliar esta tarefa de forma sustentada são fornecidos materiais didácticos e várias informações, incluindo as metodologias a seguir neste processo.

Neste trabalho tem-se como objectivos principais apresentar: a estratégia de implementação do Projecto Rios, os contributos deste projecto para a melhoria de rios e ribeiras, apresentar os resultados de algumas actividades desenvolvidas com alunos de diferentes graus de ensino e com a população local. São ainda indicadas algumas medidas utilizadas para a concretização destas actividades.

Pretende desenvolver-se, desta forma, uma formação de novas mentalidades indutoras de comportamentos favoráveis ao desenvolvimento sustentado, quer da população em geral quer dos decisores e técnicos para cooperar para reabilitação das linhas de água e para a implementação da Directiva Quadro da Água e assim fomentar a qualidade de vida das populações locais com a concretização dos novos valores da Carta da Terra.

ZONAS HÚMIDAS. UMA ARTICULAÇÃO ENTRE A AGRICULTURA E A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: CONTRIBUTOS PARA UM PLANO DE GESTÃO NO BAIXO VOUGA LAGUNAR

COM 06 - Raquel Lopes, Universidade do Porto, requel_2000@yahoo.com

*Palavras-Chave: Zonas Húmidas, Conservação da Biodiversidade, Rede
Natura 2000, Agricultura*

As zonas húmidas são ecossistemas de transição entre o ambiente aquático e o terrestre, albergando muitas espécies de flora e fauna protegidas por legislação internacional.

Quando nestes sistemas se desenvolve a actividade agrícola, torna-se necessário compatibilizar as formas de uso da água e do solo com o potencial biológico presente. O Plano Europeu de Desenvolvimento Rural apresenta-se como a chave para este fim.

Ao apresentar um conjunto de medidas para a gestão dos recursos naturais em contexto rural, com o objectivo de aumentar a competitividade do sector agrícola, promover a qualidade de vida das zonas rurais e a diversificação das actividades económicas, a política de desenvolvimento rural assegura a protecção do ambiente.

O Baixo Vouga Lagunar em estudo constitui uma zona húmida inserida num meio rural, objecto de implementação do Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Vouga – Bloco Baixo Vouga Lagunar, encontrando-se este Projecto sujeito a medidas mitigadoras interpostas pelo Estudo de Impacte Ambiental. A partir deste pressuposto e do diagnóstico realizado ao Baixo Vouga Lagunar, é apresentado um conjunto de orientações de gestão que, a par das medidas apoiadas pelo Plano de Desenvolvimento Rural, permitem a promoção ambiental e socioeconómica deste território.

As medidas apresentadas integram vários interesses com vista à sustentabilidade do Baixo Vouga Lagunar, através da integração da actividade agropecuária, da conservação da natureza, da investigação científica, da pesca e da Educação Ambiental.

Deste modo, o presente trabalho pretende contribuir para a elaboração de um Plano de Gestão para o Baixo Vouga Lagunar, integrado na Zona de Protecção Especial da “Ria de Aveiro”, também ela desprovida de um Plano de Gestão.

MEDIAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL NUMA PERSPECTIVA EDUCATIVA E INTERCULTURAL. UM ESTUDO DE CASO COM COMUNIDADES PISCATÓRIAS DE BAIXA RENDA NAS MARGEM DO RESERVATÓRIO DE BARRA BONITA (BOTUCATU, SÃO PAULO, BRASIL)

COM 07 - Mário Freitas, Universidade do Minho, mfreitas@iep.uminho.pt;
D. Annunziat, Florianópolis; **I. Nardi**, Universidade Federal de Santa Catarina;

B. Silva, Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras -Chave: Desenvolvimento Local Sustentável; Educação Ambiental e para o Desenvolvimento Sustentável; Mediação sócio-ambiental.

Com a crise da economia agrícola cafeeira, nos anos 30 do século passado, o estado de São Paulo (Brasil) voltou-se para a urbanização e a industrialização. Recebendo toda a poluição da região de São Paulo - que, no pós 2ª

guerra mundial, sofreu grande aceleração – o Rio Tietê foi-se transformando num enorme esgoto. Com a qualidade da água e a vida piscícola drasticamente afectadas, o rio deixou de assumir algumas das suas ancestrais valências. Variadas actividades humanas tais como a recolha de água, o recreio e a pesca foram, também, substancialmente afectadas ou completamente inviabilizadas. Entretanto, a referida industrialização demandava por energia e assistimos, por isso, à construção de grandes barragens que, visando primordialmente a produção de energia, apontavam, também, para uma reclamada dinamização turística da região, numa lógica que o poder dominante apelidava de “desenvolvimento”.

Neste cenário (e mesmo num tempo de poucas obrigações ambientais) a construção da barragens acabou assumindo papéis contraditórios. Assim, aos clássicos impactes negativos que a construção de barragens, normalmente, acarretam, contrapuseram-se os efeitos positivos decorrentes da divisão do rio em partes que, em separado, recuperavam melhor dos atentados ambientais sofridos. A posterior exigência de implementação de medidas de mitigação ambiental (algumas muito discutíveis, como a introdução da Tilápia do Nilo que é uma espécie exótica) acabou gerando novos recursos, neste caso peixe, passíveis de exploração pelo Homem o que se constituiu como um atractivo para várias famílias de pescadores de baixa renda que acabaram por se fixar nas margens dos reservatórios, em especial Barra Bonita (Rio Bonito e Port Said), e construir acampamentos com barracas de lona, em terrenos de protecção ambiental e privados. A presença destas comunidades gerou alguns conflitos com a comunidade (composta por proprietários de casas de fim-de-semana e férias, donos de bares e animadores turísticos) e as autoridades locais.

A eminência de um conflito legal levou a empresa gestora da barragem (a AES Tietê) a desencadear uma acção de mediação sócio-ambiental que visa não só criar condições para a superação do conflito, como promover a criação de parcerias com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável (DS) na região. A situação acabou por se constituir como um caso de estudo que a empresa apresentou no World Business Council for Sustainable Development (no contexto da pilotagem de uma metodologia de avaliação de impactos e análise da contribuição das empresas para o DS).

No artigo descrevem-se tanto os principais objectivos da intervenção planeada e implementada, como as estratégias de investigação e intervenção (entrevistas semi-estruturadas, reuniões focais e gerais, observação e análise documental) realizadas e instrumentos que as suportam. Com base na discussão dos resultados obtidos, discute-se de que forma a mediação ambiental, numa lógica de interculturalidade, se pode e deve constituir como uma consistente actividade de educação ambiental e para o desenvolvimento sustentável. Discutem-se, ainda, tanto grau de transferibilidade da experiência.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA SAÚDE DAS POPULAÇÕES

COM 08 - Manuela Cardoso, CEA/ISCTE, manela.cardoso@netcabo.pt

Palavras-Chave: Educação Ambiental, Água, Saúde

A Educação Ambiental constitui uma forma participativa de Educação direccionada para a tomada de consciência da importância do meio e dos recursos na sustentabilidade do Planeta e no aumento da qualidade de vida das populações.

A pobreza e a necessidade de atingir um rendimento de subsistência colocou São Tomé e Príncipe (STP), no período pós-independência, na rota de colisão com a sustentabilidade ambiental pela via de desflorestação, mas também da contaminação dos seus recursos hídricos e da ineficiente gestão dos resíduos.

A Educação Ambiental, como forma abrangente de educação e sensibilização dos cidadãos coloca-se, em STP, como uma via para alterar padrões de comportamento, uma via para a criação de novas dinâmicas sociais que capacitem os poderes públicos e as populações para uma gestão cuidada dos solos, das florestas, dos cursos de água e dos resíduos de forma a minimizarem os riscos para a saúde pública e maximizarem, de forma sustentável, os benefícios económicos das suas riquezas. É uma reflexão sobre as vias para uma melhor gestão do meio natural que permitirá criar políticas consistentes e alterar comportamentos orientados para a eliminação dos graves problemas sanitários com que o país se confronta e de que a malária é apenas um dos efeitos mais visíveis. Novas atitudes devem ser criadas através do processo educativo formal mas também da educação informal, através de estratégias participativas em que cada elemento da comunidade assuma a importância da mudança no aumento da sua qualidade de vida. A aprendizagem só será efectiva se forem sentidos os seus efeitos. Em São Tomé e Príncipe, a melhoria do estado sanitário das populações, um dos problemas com que o país se confronta, passará pela Educação Ambiental e sanitária, pelo reconhecimento da importância da água e da sua preservação, pela maior atenção ao tratamento dos resíduos.

GEOLOGIA E SAÚDE - VIVER NUM AMBIENTE MAIS SAUDÁVEL E SEGURO

COM 09 - Eduardo Ferreira da Silva, Universidade de Aveiro, eafsilva@ua.pt

Palavras-Chave: Geologia; Saúde; Água

Em Dezembro de 2005 a Assembleia-Geral das Nações Unidas, com o apoio de 191 países, decidiu declarar o ano de 2008 como o Ano Internacional

do Planeta Terra (AIPT), que deverá ser comemorado no período 2007-2009. O AIPT é destinado a estimular actividades de difusão e de pesquisa científica com o propósito para promover o papel das Ciências da Terra na construção de uma sociedade mais saudável, mais segura e mais próspera. As actividades científicas e de divulgação do Ano Internacional estarão centradas na relação entre o Homem e o Planeta Terra contemplando temas amplos e multidisciplinares de alta relevância para a sociedade. A relação entre geologia e saúde foi um dos temas científicos considerado prioritário.

Hipócrates, por exemplo, já descrevia a intoxicação em mineiros por chumbo, por volta de 375 A.C. Georgius Agrícola no século XVI, descreveu no último capítulo do seu livro "De Re Metallica", algumas doenças associadas a mineiros. A denominação de Geologia Médica foi criada recentemente e visa o estudo da influência de factores geológicos ambientais sobre a saúde humana e dos animais. De entre alguns exemplos relacionados com as condições geológicas pode-se referir o efeito do excesso ou da deficiência de elementos e minerais, a inalação de poeiras minerais provenientes de emissões vulcânicas, a presença de compostos orgânicos, a exposição a micróbios associados a poeiras, entre outras. Deficiências, excessos ou desequilíbrios na concentração de elementos químicos na dieta alimentar podem também causar sérias conseqüências na saúde humana e animal e aumentar a sensibilidade a doenças.

São clássicas as associações entre saúde/doença e a deficiência/excesso de elementos como o iodo (I), flúor (F), selénio (Se) e arsénio (As). Solos e águas deficitárias em I são responsáveis pelo aumento da tiróide (bócio) em milhões de pessoas em países do terceiro mundo. Na China, milhões de pessoas sofrem distúrbios de formação dentária (flúorose dental) devido a excesso de F nas águas consumidas. Dependendo do nível de intoxicação, pode ocasionar, ainda, a deformação de ossos (osteofluorose) e o envelhecimento precoce. Deficiências de Se em solo têm correlação positiva com a inflamação do miocárdio (miocardite). O consumo de água com excesso de As desenvolve feridas generalizadas e em estádios mais avançados ao cancro.

Exemplos desta ligação entre e Geologia e Saúde podem ser encontrados em praticamente todo o mundo, desde a China até a Argentina, passando pela Europa, África e Estados Unidos.

Mundialmente a Geologia Médica tem vindo a conquistar um lugar de destaque já que deixou de ser uma especialidade exclusiva das Ciências da Terra, passando a ser um domínio de pesquisa interdisciplinar no qual actuam geólogos, biólogos, médicos, toxicologistas, epidemiologistas, profissionais de saúde entre outros.

Conhecendo melhor como ocorre a distribuição espacial dos problemas de saúde provocados por factores geológicos, os médicos, profissionais de saúde, decisores e planeadores podem actuar de forma não apenas correctiva, mas

também preventiva. Identificada uma área que contém um elemento natural potencialmente nocivo à saúde, é possível adoptar acções para a correcção do problema ou mesmo evitar que ele venha a ter impacto na saúde humana e nos animais.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A EXPERIÊNCIA CABO-VERDIANA

COM 10 - Romualdo Correia, Núcleo Rede de Educação Ambiental, Cabo Verde, romualdo.correia@palgov.gov.cv

Palavras-Chave: Educação Ambiental, Ensino Formal e Informal, Abordagem transversal, Perenização

Esta comunicação tem por objectivo apresentar a experiência da educação ambiental (EA) em Cabo Verde, desde finais da década de 1970. A problemática ambiental tem sido uma constante na política adoptada pelos sucessivos governos. Contudo, a preocupação em discutir as questões ambientais, no ensino formal e informal, remonta a década de 1990.

A aposta num modelo de Desenvolvimento Sustentável, bem como, a adopção de uma estratégia nacional capaz de provocar mudanças de atitudes e de hábitos de consumo, tem sido uma das grandes apostas.

Nesta perspectiva, o Ambiente tornou-se, sobretudo a partir da década de 90, uma questão nuclear na Educação, tanto ao nível formal como informal. Vários esforços face aos problemas ambientais foram desenvolvidos, particularmente no domínio da Educação e sensibilização ambiental, centrado no Ensino Básico Integrado (EBI).

Destaca-se o Projecto PFIE ("Programme de Formation et Information sur l'Environnement"), que, na segunda fase da sua execução (1994-2000), absorveu as recomendações da Agenda 21 referentes à Educação Ambiental.

Actualmente, está em curso, desde 2004, a implementação de um Plano de Acção Nacional para o Ambiente cujo término está previsto para 2014. Ao nível da Educação prevê-se que o tema "Meio Ambiente" seja trabalhado de forma transversal, ou seja, propõem-se que as questões ambientais estejam incorporadas em todas as disciplinas.

Para a efectivação desse propósito, está em curso a reforma curricular que visa estender a Educação Ambiental, de forma durável permitindo uma participação efectiva de todos os alunos, através de uma prática sistemática.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: LIXO LEGAL (ILHABELA - SP - BRASIL)

COM 11 - Marcela Sobral, *Universidade dos Açores, marcelasobral@bol.com.br*

Palavras-Chave: Educação Ambiental; Lixo; Participação; Benefícios Sociais

O objetivo do projeto era iniciar um processo de reflexão pelos moradores e frequentadores do município de Ilhabela – LN acerca da questão dos resíduos sólidos urbanos, propiciando: a) ampliar a compreensão dos impactos gerados pela deposição inadequada dos resíduos ao melhorar a qualidade da coleta diferenciada; b) fortalecer a ação-cidadã em uma atividade concreta que beneficiaria não só o meio ambiente desta localidade, mas também geraria benefícios sociais ao efetivar a participação em uma ação coletiva e na geração de renda para a Associação de Triadores de Materiais Recicláveis (ACTR).

O Projeto Lixo Legal foi apresentado no ano de 2003 pela Associação Mantenedora do Aquário de Ilhabela ao Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte com o objetivo de obter recursos financeiros para uma ação integrada em todo município que sensibilizasse os moradores para a questão ambiental, essencialmente no recorte dos resíduos sólidos urbanos. O projeto foi aprovado e contou com a parceria da (ACTR) e da Prefeitura Municipal de Ilhabela.

O município de Ilhabela sofria há muitos anos com o lixão instalado inadequadamente em um dos bairros mais populosos da cidade e o fato de estar em um ambiente tão frágil como o insular agravava ainda mais os riscos dessa prática de disposição final. A partir da parceria firmada no projeto, a Prefeitura se comprometeu a encerrar as atividades de deposição e buscar outras alternativas, tendo optado pelo transporte dos resíduos comuns para um aterro sanitário em outro município.

Neste vazadouro eram depositados 15.000 kg diariamente chegando até 60.000kg de lixo durante a temporada de verão.

Como na maioria dos municípios brasileiros, Ilhabela sofre com a ausência de políticas públicas que incorporem as relações multifacetadas sociais como ponto de partida para a implementação de Planos e Programas para a promoção do meio ambiente, comprometendo a “saúde” do município e a qualidade de vida dos seres humanos que nele residem.

A partir desse contexto foi proposto um programa educativo baseado em uma abordagem pedagógica dialógica e participativa para fomentar a reflexão e a socialização de conceitos ambientais com os saberes da comunidade no intuito de construir mecanismos para cuidar dos resíduos gerados, reconhecendo riscos e identificando atitudes a serem tomadas individualmente, mas que contribuíssem na gestão dos resíduos urbanos.

Para isso foram realizados cursos de capacitação: com professores da rede pública e privada de ensino; com agentes comunitários de saúde; com

funcionários da limpeza urbana. Foram também realizados vários encontros comunitários para a discussão de conceitos relativos ao lixo, aos 3 Rs, a atitude adequada e aos reflexos e impactos de uma não ação pelos moradores. Esses encontros eram realizados com a apresentação de teatro (especialmente elaborado para discutir o tema do projeto), filmes e conversas interativas.

Houve ainda o envolvimento da ACTR (formada por ex-catadores do Lixão) como parceira no projeto, nos fornecendo periodicamente o balanço do volume arrecadado de resíduos recicláveis.

Com a execução dos trabalhos pudemos verificar algumas alterações em respeito à gestão dos resíduos na cidade:

- Encerramento das atividades de deposição dos resíduos em local totalmente inadequado
- Aumento na adesão da população à atividade sistemática de separação quando comparada à fase anterior ao início do projeto quando ainda não havia a recolha dos materiais recicláveis de porta em porta e eram usados apenas Ecopontos.
- Aumento no volume de resíduos destinados à comercialização dos materiais, possibilitando maior renda aos ex-catadores do Lixão;
- Necessidade de uma ação de porta em porta para melhor eficácia da separação.

CONHECER PARA (DES)ENVOLVER: VIVÊNCIAS DA RURALIDADE NUM CONTEXTO INSULAR AÇORIANO

COM 12 - Ana Cristina Palos, Universidade dos Açores, cpalos@uac.pt; **E. Vidal**, Universidade dos Açores, evavidal@sapo.pt; **A. Rodrigues**, Universidade dos Açores, rodriguessame@gmail.com

Palavras-Chave: Rural; Ruralidade; Participação Pública; Desenvolvimento Sustentável,

Pretende-se que esta comunicação seja um contributo para discutir e reflectir as especificidades da ruralidade, no contexto das profundas transformações que perpassam as sociedades contemporâneas e num tempo de construção de um novo paradigma do desenvolvimento rural. Afastando-nos de concepções que perspectivam um rural subalternizado, “atrasado” e “resistente às mudanças”, propomo-nos – com base na análise da realidade de uma freguesia da ilha Terceira (Açores) – perceber a complexa rede de interacções entre um conjunto de fenómenos: demográficos, económicos, sociais, culturais e ambientais.

Mediante entrevistas realizadas, em 2007, a alguns residentes (dezasseis) e novos residentes (três) foi possível reconstruir as suas perspectivas acerca

dos principais problemas diagnosticados na freguesia bem como as medidas e propostas de redireccionamento do processo de desenvolvimento do território em análise, com vista a uma gestão sustentável do mesmo.

Entre as conclusões mais significativas obtidas por este estudo destacam-se (1) o desconhecimento de que a sustentabilidade deste território pressupõe o equilíbrio entre as questões económicas, sociais e ambientais (2) a desconfiança em relação a modelos de desenvolvimento que resultem da imposição de políticas e regulamentações regionais, nacionais/europeias que negligenciem as especificidades locais (3) a valorização de um modelo de desenvolvimento local participado que integre aspirações, expectativas, preocupações, anseios, interesses e saberes da população local

A interpretação dos sentidos que os residentes atribuem ao território, como gerem ou partilham as potencialidades desse espaço, permitiu compreender melhor como acontece a preservação e transformação do espaço rural insular na actualidade: a emergência de novas vocações que coincidem com a revalorização da paisagem, dos *modus vivendi*, das identidades, das heranças culturais, dos valores e das *idiosincrasias* locais.

Considera-se que através da responsabilização e comprometimento dos decisores políticos, organizações, empresas, agricultores e demais agentes locais se poderá delinear os caminhos de um (des)envolvimento sustentável. É a partir da reflexão sobre os problemas e as oportunidades locais, da discussão das prioridades de intervenção e da conjugação de sinergias entre aqueles actores que se conseguirá a edificação de projectos inovadores conducentes à sustentabilidade e transformação deste espaço rural, porque baseados nas potencialidades e nos recursos endógenos.

D'ACEPMD-CONGO SUR DE CHANGEMENT CLIMATIQUE ET LA POLLUTION ENVIRONNEMENTALE

COM 13 - Louis Bahakoula Mabidi, ONG ACEPMD-CONGO, louis_bahm@yahoo.fr

Mots-Clés: Changement Climatique; Pollution; Environnement; Santé

Le changement climatique est une cause et une conséquence de la modification de la circulation due au ralentissement et à l'arrêt des systèmes naturels de pompage dans les océans.

Ce cycle requiert de stratégies multi continentales à court et à long terme. Le changement climatique sur les capacités humaines et institutionnelles se répercute à l'écosystème par l'eau, l'agriculture, l'industrie et beaucoup d'autres aspects de nos vies, de sécurité alimentaire, au palier national, régional, international et jusque dans les ménages. L'ignorance est l'une des causes de la pollution, menace environnementale les infrastructures côtières, les réserves en

eau et en nourriture et en santé des populations dans le monde. Des millions de personnes dont beaucoup des pays en développement, tirent leurs moyens de subsistance de la pêche et près de 2,6 milliards d'entre elles les protéines sont issues des produits de la mer. Plus de 4% des océans du monde ont été fortement touchés pour les activités humaines et seuls 4% restent préservés.

Le pétrole est responsable de la pollution et de la destruction des écosystèmes dans les lieux où il est extrait sur les routes et voies par lesquelles il est transporté qu'elles soient maritimes ou terrestres. Il est responsable des désordres actuels et des désastres climatiques. L'augmentation des maladies comme le cancer et la leucémie est manifeste sur les lieux d'extraction ou de transformation pétrolière. On y enregistre les indices les plus élevés de la mortalité infantile et d'augmentation de différentes maladies, surtout celles liées à la pauvreté. Cette activité provoque la pollution des fleuves et de destruction des forêts, alors que justement les forêts, la terre, les eaux et l'air sont les bases de la substance des peuples. Cette population crée un dommage permanent et cumulatif, le pétrole est aussi la matière première des substances toxiques utilisées dans l'agriculture ou en tant que combustible.

ACEPMD-CONGO a pour but de :

- contribuer à l'éducation sur les grandes questions de santé publique en matière de sensibilisation par une augmentation du réchauffement climatique et de la pollution environnementale.
- promouvoir la protection de l'environnement.
- réduire l'instauration du moratoire concernant la recherche de gaz et de pétrole.
- combattre les impacts sur les écosystèmes locaux et sur le climat.
- promouvoir une promotion de reboisement de la flore, faune et forêt.
- inverser la tendance et réduire les émissions dans un futur proche.
- éviter la crise issue du changement climatique dans la pollution de l'eau douce du monde, de l'eau des sept mers et de l'air de nos villes.
- créer au niveau global une conscience environnementale.
- nettoyer les flaques des déchets pétroliers et les fleuves.
- lutter contre l'accumulation des quantités impressionnantes de poubelles chimiques et de plastiques.
- réduire les industries chimiques les plus dangereuses.
- protéger et lutter contre la destruction des forêts, etc.

Pour impulser une dynamique de programmes de prévention pour contre-carrer le danger par le changement climatique et la pollution environnementale. Nous devrions mettre l'accent sur l'éducation, l'information, la sensibilisation des droits humains, pour éviter les souffrances humaines indicibles et réduire la gravité de l'émission des gaz à effet de serre et de limiter ainsi l'impact du changement climatique pour rendre la planète en meilleur état. Le changement climatique pour que nous en fassions un devoir national, régional exige une solidarité internationale.

4. ateliers
e oficinas

ATELIER

CONHECE TODA BIODIVERSIDADE DAS ILHAS DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE? Jalé Ecolodge, 22 de Julho de 2008

*Dinamizadora: Virginia Martins, Universidade de Aveiro,
virginia.martins@ua.pt*

Conhece sem dúvida muitos seres vivos de S. Tomé e Príncipe. Contudo, os cientistas consideram que ainda se conhece pouco sobre a biodiversidade do planeta. Eles calculam que existam entre 10 a 20 milhões de espécies, das quais só 10% estão estudadas a nível científico! Muitas das espécies desconhecidas para a ciência são organismos de muito pequena dimensão, como por exemplo os foraminíferos.

Os foraminíferos são organismos muito simples, constituídos apenas por uma célula com um núcleo diferenciado (são eucariontes) e fazem parte de um grupo muito diversificado de seres vivos. Possuem uma carapaça (pequena concha) que, na grande maioria dos casos, é distintamente enrolada, à semelhança do que acontece com alguns gastrópodes e cefalópodes. A carapaça dos foraminíferos pode fossilizar permanecendo no sedimento após a morte do organismo.

Algumas espécies de foraminíferos são planctónicas enquanto outras são bentónicas. As espécies bentónicas vivem nos fundos, podendo ser livres, epífitas (fixas a algas), fixas ao substrato ou podem ainda viver sobre e/ou no interior do sedimento (epifauna e endofauna, respectivamente). As espécies planctónicas vivem flutuando livremente na coluna de água, ao sabor das correntes e da densidade das massas de água oceânicas. Os foraminíferos bentónicos, podem mover-se sobre ou dentro do sedimento, dependendo da coordenação da actividade contráctil dos pseudópodes.

Os foraminíferos foram descritos e ilustrados pela primeira vez no século XVI, sendo apenas estudados sistematicamente em meados do século XIX, logo após a notável viagem que o HMS Challenger realizou em 1872. Durante a expedição, a descoberta de foraminíferos vivos em águas marinhas profundas e de vestígios fósseis nos sedimentos dragados do fundo do mar, revolucionou a micropaleontologia marinha.

Desde o Câmbrio, estes protozoários marinhos diferenciaram-se em numerosas espécies, adaptando-se a todos os ambientes marinhos, desde os níveis mais superficiais até às maiores profundidades oceânicas ocorrendo em

elevada abundância. Existe um total de 60.000 espécies, repartidas desde o Câmbrico à actualidade. Actualmente, estima-se que existam cerca de 10.000 espécies de foraminíferos das quais 40 a 50 são planctónicas sendo as restantes espécies bentónicas.

Os foraminíferos alimentam-se, excretam, movem-se, crescem, reproduzem-se e respondem a uma grande variedade de estímulos ambientais. A maioria dos foraminíferos é marinha. As áreas do oceano ricas em nutrientes suportam uma grande densidade e variedade de foraminíferos bentónicos. Mas podem também ser encontrados em águas hipo e hiper-salinas.

Venha descobrir connosco que tipo de espécies de foraminíferos vive em zonas costeiras de S. Tomé e Príncipe. Colabore na campanha de recolha de sedimentos na Zona Ecológica de Malanza e na Praia Jalé, no dia 22 de Julho de 2008.

Venha observar algumas espécies encontradas nas amostras sedimentares recolhidas... Saiba mais sobre este grupo de organismos e ajude os cientistas a caracterizar a biodiversidade do planeta identificando as espécies existentes em S. Tomé e Príncipe, na Zona Ecológica de Malanza e na Praia Jalé, no dia 22 de Julho de 2008.

Actividade 1	Recolha de amostras de sedimentos para estudos dos foraminíferos e medição de parâmetros ambientais (por ex. temperatura, salinidade Eh). (Trabalho de campo)
Actividade 2	Observação de algumas espécies de foraminíferos encontradas nas amostras recolhidas. Ecologia de foraminíferos bentónicos e aplicações (actividade prática e workshop)

OFICINA

RECICLAGEM, REUTILIZAÇÃO CRIATIVA E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Rocha de S. João, 23 de Julho de 2008

Dinamizadora: **Manuela Galante**, ASPEA, manuela.galante@gmail.com

A reciclagem é um termo genericamente utilizado para designar o reaproveitamento de materiais como matéria-prima para criar um novo produto. Muitos materiais podem ser reciclados e os exemplos mais comuns são o papel, o vidro, o metal e o plástico. As maiores vantagens da reciclagem são a minimização da utilização de fontes naturais, muitas vezes não renováveis; e a minimização da quantidade de resíduos que necessita de tratamento final, como os aterros sanitários ou a incineração.

A implementação e revalorização das Artes e Ofícios respondem com facilidade às crises económicas melhorando o nível de vida das populações e consequente criação de auto-emprego. Podem-se conjugar esforços e aproveitar recursos humanos e naturais para concretizar uma filosofia do “aprender fazendo”. Permite ao mesmo tempo o estudo e recolha de elementos relativos a um passado, que enriquecerá o desenvolvimento cultural, pelo reconhecimento dos valores patrimoniais e artísticos que interessam valorizar, preservar e inovar, quer a nível dos meios de produção quer com a introdução de novas tecnologias e novo design. Por outro lado, os recursos naturais locais podem assim ser valorizados, numa dinâmica de desenvolvimento sustentado, no respeito pelo património cultural e ambiental satisfazendo as necessidades das populações.

O país tem enormes recursos naturais e o uso correcto e sustentável da biodiversidade de São Tomé e Príncipe pode originar a criação de pequenas unidades integradas de apoio comunitário para a organização de actividades multifuncionais na área das artes e ofícios, valorizando o trabalho das populações locais e formação de auto-emprego.

A proposta de oficina para a Rocha de São João sobre o fabrico de papel artesanal permite a utilização racional de matéria-prima e a reutilização de diversos produtos de desperdício, quer de papel, quer de cascas, plantas, sementes e resíduos florestais. O fabrico de papel artesanal é um elo de ligação entre a arte e a sustentabilidade. Promove uma criatividade ambientalmente

responsável porque reutiliza os desperdícios do lixo do nosso cotidiano e porque se insere na nossa realidade em termos de cultura e sociedade. Pode ser um meio de reintegração social de crianças e jovens, pode viabilizar alguns rendimentos e é uma opção de suporte para várias linguagens da arte, do artesanato e do design.

O papel, uma das mais importantes invenções do homem, considera-se uma matéria efêmera pelo seu grande consumo, sendo um material muito versátil e barato; através do processo de reciclagem, o papel volta a converter-se em matéria prima, recuperando todas as suas características e utilidade.

O papel nada mais é do que um emaranhado de fibras vegetais. Ao transformar papel usado em novo, estamos na verdade a desfazer essa trama e a entrelacar as fibras novamente.

É possível produzir muitos efeitos interessantes no papel reciclado. Pequenos bocados de papel colorido podem ser adicionados à polpa para produzir um efeito pintalgado, ou adicionando materiais orgânicos, tais como folhas de chá, sementes, canela, folhas e pétalas de flores para produzir efeitos surpreendentes. Também é possível colorir ou perfumar o papel adicionando à polpa tintas aguareláveis ou algumas gotas de perfume ou essências. A partir do papel artesanal, é possível confeccionar papel de carta, marcadores de livros, porta-retratos, porta-lápis, capas de caderno, livros, cartões de visita, envelopes, convites, papel e embalagens de presentes, entre muitas outras possibilidades.

OFICINA

UM RECURSO PARA (RE)UTILIZAR COM CRIATIVIDADE

Escola de Diogo Vaz, 24 de Julho de 2008

*Dinamizadoras: **Adelina Pinto**, ASPEA, linapinto@netvisao.pt e*

***Conceição Afonso**, saoziafonso@gmail.com*

As oficinas de Educação Ambiental e Artes desenvolvem actividades artísticas, lúdicas e culturais com objectivo de ampliar o conhecimento das crianças/jovens sobre o ambiente. A proposta de reaproveitamento das embalagens/papeis/cartão... desenvolve as possibilidades lúdico-pedagógicas do trabalho da Educação Ambiental.

Estas actividades, podem ser direccionadas à sensibilização/consciencialização sobre importância da utilização sustentada dos recursos naturais, para a conservação da biodiversidade, abordar a problemática mundial do lixo, mostrar soluções alternativas e simples de reaproveitamento de materiais, transformando-os em objectos de artes, adornos e decorativos etc., sensibilizando adultos e crianças para a importância de respeitarmos, e vivermos em harmonia com a natureza. Ao se considerar o domínio dos valores estes também integram, obviamente, valores estéticos. Assim como, ao promover o reaproveitamento de materiais usados, como os plásticos, metais, papéis e outros resíduos que iriam para aterros, passa a mensagem (aos alunos e alunas) do segundo dos três R's (reduzir, reutilizar e reciclar), e a grande responsabilidade sócio-ambiental no sentido que contribuem para minimizar um dos grandes problemas da nossa sociedade de consumo – os resíduos. Por outro lado, contribui para despertar a atenção para a questão da reutilização, com a utilização de resíduos que fazem parte do quotidiano das escolas e das nossas casas, estimulando o uso criativo de materiais que normalmente seriam "lixo". E, apesar de não defender uma sensibilização específica para os problemas do ambiente, trata sobretudo o ambiente no sentido da exploração dos sentidos e sentimentos dos indivíduos em relação ao ambiente e aos lugares.

Um programa de Educação Ambiental para ser efectivo deve promover simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental, capacitando professores/educadores para que possam actuar como agentes multiplicadores.

O que fazer com tanto lixo?

Cada vez mais, e felizmente, o homem tem a seu favor várias soluções para dispor de forma correcta e sem prejuízos ao ambiente e à saúde pública. O ideal, no entanto, seria que todos nós evitássemos o acumular de resíduos, diminuindo o desperdício de materiais e o consumo excessivo de embalagens.

Nos últimos anos, nota-se uma tendência mundial em reaproveitar cada vez mais o lixo por nós produzido, para a construção de novos objectos, através dos processos de reciclagem e reutilização, representando, assim, economia de matéria-prima e de energia fornecida pela natureza. Assim, o conceito de lixo tende a ser modificado, podendo ser entendido como "coisas que podem ser úteis e aproveitadas pelo homem".

Objectivo

Nesta oficina pretende-se sensibilizar para a preservação do ambiente, recorrendo aos elementos da natureza e resíduos para produzir objectos pela criatividade e ser um momento privilegiado de aprendizagens que integre a Educação Ambiental e artística.

Objectivos específicos

- Conhecer técnicas que facilitem a participação e a aprendizagem e que se possa ver alargadas as perspectivas de cada um(a), colocando em prática as competências adquiridas de acordo com a especificidade da oficina.
- As oficinas temáticas são um espaço de criatividade onde com materiais da Natureza e outros se produzam objectos simples e se pode passar a mensagem que a utilização de materiais reutilizáveis irá diminuir a quantidade de resíduos.

A metodologia incluirá Oficinas práticas, troca de experiências, dinâmicas de grupo e discussão com debate livre e aberto sobre a temática.

A intervenção tem sempre que estar relacionada com a educação ambiental e artística.

Os dinamizadores são também facilitadores enquanto os utilizadores deverão ser os verdadeiros Protagonistas da acção educativa.

Actividades

Mesa 1	Oficina dos Resíduos & C ^a
	Reutilização de embalagens de cartão e/ou sumo
Mesa 2	Oficina do papel (jornal)
	Pastas entrelaçadas: Reutilização de jornais antigos e através da técnica de cestaria, iremos elaborar preciosas pastas e/ou capas entrelaçadas e muito práticas. Finalizado o processo de entrelaçar, efectuaremos o processo de impermeabilização ou de forro.
	Material a adquirir: Cola branca pica-pau (boiões grandes); recipientes para a cola (frascos pequenos/copos iogurte/garrafas pequenas...), pincéis vários; elástico (tipo rolinho e fino); Tesouras; Jornal por participante (todos iguais, por ex. JN).
Mesa 3	Técnica do Origami
	Reutilização de papéis vários e jornal na confecção de bijuteria, sacos de presente e outros materiais alusivos a quadras e épocas festivas.
	Material a adquirir: Papéis coloridos A4 com cores fortes ou fluorescentes (papel quadrado para Origami colorido).

ATELIER

EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO. 28 de Julho de 2008

*Dinamizadores: **António Martelo**, CEA/ISCTE, antonio.martelo@netvisao.pt
e **Maria Antónia Barreto**, CEA/ISCTE, antonia@esel.ipleiria.pt*

Na Escola Profissional de São Tomé e Príncipe está a ser implementado um Curso de Formação inicial de Agentes Turísticos.

Os programas da disciplina de "História e Património", 10º, 11º, 12º anos, elaborados pelos dinamizadores do atelier, visam contribuir para a aquisição de conhecimentos e de competências que levem à identificação, preservação e divulgação do património nas suas múltiplas vertentes.

Com este atelier pretendemos dinamizar actividades previstas nos programas com o objectivo de experimentar e analisar estratégias educativas que, no âmbito da formação específica em turismo, contribuem para a preservação do ambiente e para o desenvolvimento comunitário.

